PACTO PELO CLIMA

Propostas da Convergência pelo Clima para enfrentar a crise climática em Salvador

SALVADOR, JANEIRO DE 2021

REALIZAÇÃO

CONVERGÊNCIA PELO CLIMA

APOIO

CANTEIROS COLETIVOS

GAMBA
Grupo Ambientalista da Bahia

fundo casa SOCIOAMBIENTAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 3

CONVERGÊNCIA PELO CLIMA 4

PARTICIPANTES DA CONVERGÊNCIA PELO CLIMA 5

PACTO PELO CLIMA - Plataforma Ambiental para Eleição Municipal 20206

ENCONTRO 1 - Não Há Planeta B 11

ENCONTRO 2 - Parques e Clima em Salvador 17

- Parque do Abaeté 19
- Parque em Rede Pedra de Xangô 20
- Parque Metropolitano de Pituaçu 21
- Parque Lagoa dos Pássaros 24
- Vale Encantado 25
- Parque São Bartolomeu 28
- Parque Theodoro Sampaio 30

ENCONTRO 3 - Parques em Conexão (Conclusão) 33

ENCONTRO 4 - Mobilidade e Clima em Salvador 36

ENCONTRO 5 - Racismo Ambiental e Clima em Salvador 42

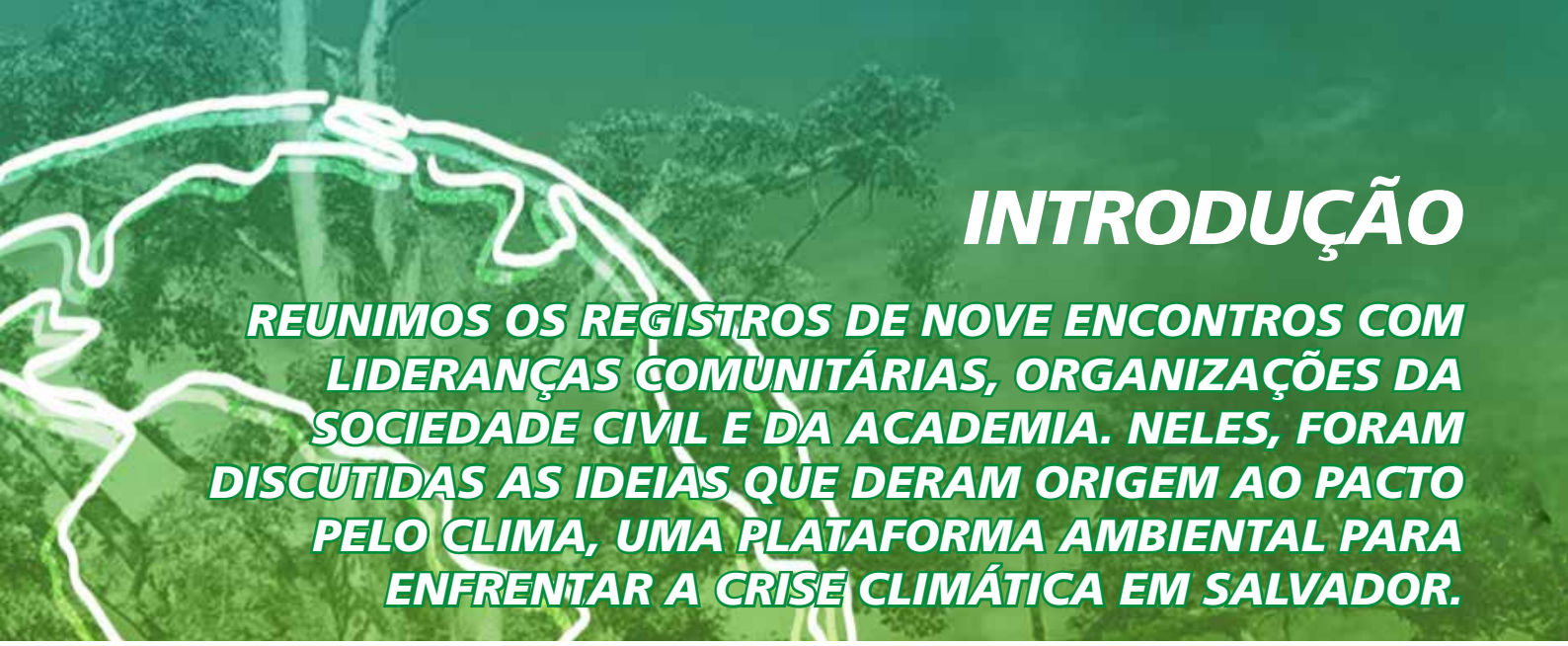
ENCONTRO 6 - Gestão de Resíduos e Clima em Salvador 45

ENCONTRO 7 - Arborização e Rios e Clima em Salvador 48

ENCONTRO 8 - Habitação e Clima em Salvador 51

ENCONTRO 9 - Fragmentação de Territórios e Justiça Climática 53

CONSIDERAÇÕES FINAIS 60



INTRODUÇÃO

REUNIMOS OS REGISTROS DE NOVE ENCONTROS COM LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS, ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DA ACADEMIA. NELES, FORAM DISCUTIDAS AS IDEIAS QUE DERAM ORIGEM AO PACTO PELO CLIMA, UMA PLATAFORMA AMBIENTAL PARA ENFRENTAR A CRISE CLIMÁTICA EM SALVADOR.

A crise climática é o maior desafio atual da humanidade - um processo que, caso não seja desacelerado, pode causar a extinção humana. Enquanto ações globais em larga escala para diminuir as emissões de carbono são essenciais, o esforço em cada território também se faz necessário. Cidades podem ajudar a desenhar localmente uma economia de baixo carbono e, muito importante: adaptar o tecido urbano para as consequências do aquecimento global, que já são realidade e afetam muitas comunidades, principalmente as com menos recursos.

Realizar esse debate na cidade de Salvador e articular ações efetivas junto aos poderes públicos é o mote da rede Convergência pelo Clima. Durante o ano de 2020, a rede delineou dois objetivos principais de ação: acompanhar e contribuir com o processo de elaboração do Plano Municipal de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador (PMAMC) e interferir nas eleições municipais a partir de uma plataforma de propostas voltadas à ação climática.

Nesse percurso, a Convergência pelo Clima realizou vários encontros - virtuais, devido à pandemia de coronavírus - entre comunidades, profissionais, pesquisadores e ativistas mobilizados para discutir vários temas que se conectam ao clima e à justiça socioambiental. Através do projeto Emergência Climática Salvador, Canteiros Coletivos e Gambá, com apoio do Fundo Socioambiental Casa, realizaram 7 rodas de conversa virtuais sobre a relação entre clima e os temas: parques, mobilidade urbana, racismo ambiental, gestão de resíduos, rios e arborização urbana e habitação.

Realizamos também o encontro "Não Há Planeta B", em março de 2020, em parceria com a Casa Ninja Bahia. E, em agosto, a live em parceria com o Movimento Jaguaribe Vivo sobre fragmentação territorial e justiça climática.

Esta publicação compila registros desses 9 eventos cuja sintetização e priorização de propostas culminou no Pacto pelo Clima, uma plataforma ambiental apresentada a candidatas e candidatos à prefeitura e à vereança de Salvador. O objetivo foi o compromisso com sua implementação, caso fossem eleitos. A Convergência pelo Clima conseguiu a assinatura de vinte e cinco candidatos a vereador, dos quais dois foram eleitos; e de quatro chapas na corrida para a prefeitura, sem a adesão da chapa vencedora.

Continuamos abertos ao diálogo permanente sobre a implementação das propostas com os gestores e vereadores que não aderiram ao compromisso no momento das eleições, porque é imprescindível que as questões abordadas sejam cuidadosamente consideradas em quaisquer decisões de todos os eleitos.

Para subsidiar esses diálogos a Convergência preparou essa publicação, um registro da construção coletiva que gerou o ***Pacto pelo Clima****. É uma chance tanto para os gestores e legisladores se aprofundarem em temas que, tanto influenciam, quanto serão também impactados pela crise climática. São problemas sobre os quais os movimentos sociais de Salvador, em diversas linhas de atuação, têm muito a dizer, e essa publicação dedica-se a ampliar suas vozes.*

CONVERGÊNCIA PELO CLIMA...

É uma rede formada a partir da mobilização local para a Semana do Clima da América Latina e Caribe, realizada em agosto de 2019, em Salvador.

Ela surge para mobilizar esforços diante da emergência climática, monitorando as políticas públicas para o tema e procurando levar a discussão aos mais diversos territórios e comunidades.

Os integrantes da rede têm linhas de atuação e formas de organização muito diversas, o que os une está descrito no primeiro Pacto pelo Clima, firmado em fevereiro de 2020:

PACTO PELO CLIMA

Por uma cidade inclusiva, resiliente e sustentável
Salvador e Região Metropolitana de Salvador

Nós abaixo assinad@s,
Inconformad@s e indignad@s
Com atitudes que, na Terra, geram alterações climáticas,
Que causam crises de desequilíbrio e desregramento;
Com intervenções que geram desmatamentos,
Frequentes enchentes e desabamentos...

Estamos de mãos dadas com a Vida, o Sagrado e a Ciência,
Para divulgar as pequenas, cotidianas e boas experiências,
Que servem de contraponto para as cruéis atuais tendências...

Unid@s na "Convergência pelo Clima" para discutir:
Dos direitos humanos aos direitos da Natureza,
Da formação de redes à força da cidadania em qualquer idade,
Da criação de parques à mobilidade,
Da segurança alimentar às desigualdades...

Unid@s na "Convergência pelo Clima" para:
Valorizar os caminhos e possibilidades,
Que expressam respeito ao Clima, à Vida e à diversidade,
Com perspectivas agroecológicas, permaculturais e suas variedades;
Propor políticas públicas para a nossa cidade,
Exigir dos governantes mais decência, seriedade
E sintonia verdadeira com os desejos das comunidades.

Mãos dadas para Esperançar!
Pois não há Planeta "B", queremos o bem viver!

PARTICIPANTES DA CONVERGÊNCIA PELO CLIMA

Associação Brasileira de ONGs – ABONG BA/SE

Associação de Moradores Guerreiros do Mané Dendê – AGMD

Associação de Moradores Nova Esperança Ilha Amarela - ASSMOILHA

Associação de Moradores, Pescadores e Pescadoras de Bananeiras

Associação Vida Brasil

Canteiros Coletivos

Casa La Frida Bike

Casa Olhos do Tempo que fala da Nação Angolão Paquetan Malembá

Centro de Arte e Meio ambiente – Cama

Centro de Cultura e Educação Popular – CECUP

Centro de Ecologia e Conservação Animal – ECOA – da UCSAL

Coletivo Justa Moda

Coletivo Pelô Design

Coletivo SOS Vale Encantado

Colônia de Pescadores Z04 da Ilha de Maré

Complexo Cooperativo de Reciclagem da Bahia

Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP

Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE

Elo Ligação e Organização

Escola Picolino de Artes do Circo

Federação das Associações de Bairros de Salvador – FABS – envolve 450 associações de moradores de Salvador

Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo – FeNEA – Região Nordeste

Fórum Permanente de Itapuã – FPI

Fundação Terra Mirim

Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá

Grupo de Capoeira da Baixinha

Grupo de Desenvolvimento, Sociedade e Natureza da UCSAL - DSN - UCSAL

Grupo de Moradores e Amigos de Ipitanga – AMI – Ipitanga

Grupo de Recomposição Ambiental – Germen

Guardiões da Natureza da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu

Instituto Búzios

Instituto de Permacultura da Bahia

Instituto de Pesquisas Ambientais e Humanidades - IPAH

Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB – Departamento da Bahia

Instituto Mãos da Terra - Imaterra

Instituto Suburbano de Ciências, Tecnologia e Inovação – ISCTI

LACAM TEC – Laboratório de Conforto Ambiental e Tecnologias Sustentáveis em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo – Faculdade de Arquitetura da UFBA

MARSOL – Laboratório de Gestão Territorial e Educação Popular / Instituto de Biologia da UFBA

Mestrado em Meio Ambiente, Águas e Saneamento do Departamento de Engenharia Ambiental da UFBA

Mobicidade SSA

Motirô

Movimento Jaguaribe Vivo

Movimento Rua

Movimento Salve a Lagoa dos Pássaros

Movimento Viva o Parque de Pituaçu

Observatório do Saneamento Básico – OSB

Passport 0342

Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT) da Faculdade de Medicina da UFBA

Projeto AMPT – Acessibilidade Melhor Para Todos

Projeto Parques em Conexão

Rede Cidade Popular

Redemoinho – Cooperativa de Comércio Justo e Solidário

SER

Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto do Estado da Bahia – SINDAE

Sociedade Nacional do Movimento Trem de Ferro / Projeto Verde Trem

Universidade Livre das Dunas e Restingas de Salvador – Unidunas

PACTO PELO CLIMA

PLATAFORMA AMBIENTAL PROPOSTA AOS CANDIDATOS NAS ELEIÇÕES DE SALVADOR 2020

Mais de 50 organizações e coletivos socioambientais e culturais, sindicatos, associações de bairro, técnicos e pesquisadores de Salvador e região metropolitana compõem, desde 2019, a rede Convergência pelo Clima para discutir a emergência climática na capital baiana. O que une pessoas e entidades tão diversas é o reconhecimento da necessidade de ações urgentes pelo reequilíbrio climático local. Esse reconhecimento se concretiza através da adesão ao primeiro "Pacto pelo Clima, por uma cidade mais inclusiva, resiliente e sustentável"

Em novembro de 2020, Salvador elege novos representantes para a Prefeitura e Câmara Municipal. A partir desse momento, cidadãs e cidadãos eleitas(os) terão em suas mãos, por quatro anos, a responsabilidade de instituir e executar políticas climáticas em nossa cidade - com medidas que contribuam com o esforço global para frear a crise climática -, e também, de preparar e adaptar Salvador para seus efeitos que já são realidade e tendem a se intensificar.

Por isso, desejamos que os(as) representantes eleitos(as) façam como a rede Convergência e formalizem um engajamento aos cuidados com as emergências climáticas, assinando este documento "Pacto pelo Clima - Plataforma Ambiental aos candidatos à Prefeitura e à Câmara Municipal de Salvador (BA)", assumindo o compromisso de trabalhar pela adaptação e mitigação às mudanças climáticas da capital baiana.

PROPOSTAS GERAIS

- Estabelecer a qualidade ambiental como prioridade em toda e qualquer intervenção urbana;
- Viabilizar o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) como instrumento primordial para minimizar potenciais riscos e efeitos climáticos;
- Adotar e fortalecer a economia regenerativa no município;
- Acompanhar e promover debates com a sociedade civil sobre obras e intervenções em áreas públicas;
- Criar a Frente Parlamentar Ambientalista na Câmara Municipal com participação ativa da sociedade civil;
- Elaborar e implementar, de forma participativa, os Planos Municipal da Mata Atlântica (PMMA) e de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas (PMAMC) em diálogo com os demais planos, programas e leis municipais, com ênfase na emergência climática;
- Instituir o Pagamento por Serviços Ambientais e o ICMS Ecológico no município;
- Promover o turismo, em especial o Ecoturismo, baseado na sociobiodiversidade da cidade, investindo no fortalecimento de cadeias produtivas limpas, inclusivas e inteligentes;

GOVERNANÇA

- Tornar o Conselho Municipal de Meio Ambiente efetivamente transparente e participativo, com ênfase no tema Emergência Climática;
- Defender um Licenciamento Ambiental transparente e de acesso público, estabelecido com base no SISNAMA e na Política Nacional de Meio Ambiente, de competência direta do órgão ambiental do município e com efetiva participação social no Conselho Municipal de Meio Ambiente, que devem ser ambos fortalecidos, com condicionantes mais restritivos em áreas de preservação e conservação ambiental;
- Fornecer informações necessárias e essenciais para o monitoramento periódico das ações da Prefeitura pela Sociedade Civil;

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

- Compromisso de continuidade do IPTU Verde e reforço do estímulo à adoção de soluções descentralizadas de uso de energia solar e reuso de água nos empreendimentos públicos e privados no Código de Obras do Município;
- Promover o uso do solo urbano em diálogo com a biodiversidade urbana e seus serviços ecossistêmicos;

INFRAESTRUTURA VERDE

- Desmatamento Zero e proteção integral da Mata Atlântica e ecossistemas associados - dunas, restingas, rios, lagoas e áreas costeiras;
- Fortalecer a gestão pública das Unidades de Conservação, reforçando seus Conselhos Gestores;
- Atualizar e monitorar constantemente a cobertura florestal do território municipal;
- Implementar o SAVAM para a conservação e preservação das áreas naturais da cidade, criar o Refúgio da Vida Silvestre do Vale Encantado, o Parque Pedra de Xangô e o Parque Teodoro Sampaio;
- Elaborar e implementar a Política Municipal de Recuperação de Áreas Degradadas e de Corredores Ecológicos, conectando as áreas verdes da cidade;
- Criar hortos municipais com riqueza de espécies para os diferentes ecossistemas;
- Incluir manejo de plantios e arborização em projetos de obras urbanas, e criar um manual de boas práticas para secretarias e terceirizadas;
- Rever o projeto da EEE (Estação Elevatória de Esgoto) no Abaeté junto ao Governo do Estado.

AGRICULTURA URBANA

- Atualizar mapeamento de hortas urbanas da cidade de Salvador;
- Garantir a manutenção das hortas existentes na cidade e incentivar a ocupação de terrenos ociosos periféricos para a criação de novas;
- Incentivar a agricultura urbana como forma de mitigar a fome;
- Aplicar conhecimentos da agroecologia e permacultura na cidade;

MOBILIDADE

- Priorizar infraestrutura urbana de qualidade e inclusiva para pedestres e ciclistas, além de campanhas educativas;
- Incluir conceito de transporte público inclusivo universal, em que todos e todas - negros, periféricos, mulheres, idosos, crianças - sejam incluídos(as);
- Priorizar investimentos no transporte público e diminuir o transporte individual motorizado;

- Incentivar a mobilidade vertical e/ou marítima de baixo impacto;
- Valorizar o transporte ferroviário de Salvador e implantar VLT - Veículo Leve sobre Trilhos no Subúrbio Ferroviário, e não um monotrilho;
- Redirecionar o projeto do BRT, manter as árvores e vegetação remanescente do Rio Camaragibe e Lucaia, e paralisar seu tamponamento;

RIOS URBANOS

- Abandonar práticas de canalização de rios e defender sua recuperação;
- Recuperar a cobertura vegetal dos leitos dos rios;
- Conectar a malha hídrica e fundos de vale de Salvador à formação corredores ecológicos;
- Retirar lançamentos dos esgotos dos rios e implantar soluções de saneamento básico do entorno;
- Limpar corpos hídricos do entorno das represas do Prata e da Mata Escura, evitando a transmissão de doenças na região;
- Reflorestar as matas ciliares dos mananciais de água para abastecimento público;
- Melhorar a qualidade da água disponível na cidade, qualificando seus usos;

BAÍA DE TODOS OS SANTOS

- Viabilizar a gestão da APA - Área de Proteção Ambiental da BTS, recompondo seu Conselho Gestor com ampla participação da sociedade civil;
- Contestar o racismo institucional existente nas comunidades e populações tradicionais que vivem na região, como os pescadores, pescadoras, marisqueiras, quilombolas, em especial as da Ilha de Maré e do Rio dos Macacos;
- Trabalhar para rever os projetos existentes e planejados, portuários, rodoviários, imobiliários, turísticos, que causam significativos impacto no meio ambiente e nas populações, tanto em Salvador como nos municípios do entorno;

SANEAMENTO BÁSICO, COM ÊNFASE NA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

- Criar e implementar os Planos Municipais de Saneamento Básico, de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com transparência, inclusão e participação da Sociedade Civil;
- Incluir no Plano Plurianual e nos Orçamentos Públicos investimentos condizentes com as metas definidas pelos Planos Municipais de Saneamento Básico, de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Educação Ambiental;
- Implantar coleta seletiva porta a porta e pontos de entrega voluntária - PEVs através da contratação de associações/cooperativas de catador(a)es de materiais recicláveis e fomentar a inclusão socioprodutiva dos catadores avulsos;
- Ceder terrenos e/ou galpões, construção e reforma de espaços físicos adequados para associações/ cooperativas de catadore(a)s;
- Fomentar a implantação um sistema de Logística Reversa no âmbito do município, com base nas leis vigentes;
- Fomentar e atrair indústrias da reciclagem através da desoneração/isenção fiscal, com preferência à associações/cooperativas de catadore(a)s;
- Implantar a coleta seletiva como obrigatoriedade no processo de autorização da realização de eventos com mais de 200 pessoas;
- Fomentar e viabilizar as iniciativas de compostagem de matéria orgânica;
- Investir em saneamento por infraestrutura verde;

- Acompanhar, regular e fiscalizar o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saneamento básico;
- Integrar o saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem) ao planejamento participativo com políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural;
- Avaliar o desempenho dos serviços de saneamento básico mediante a melhoria na qualidade dos corpos d'água e dos critérios epidemiológicos;
- Estruturar política adequada de segurança hídrica que vise a proteção de mananciais, a adoção de soluções baseadas na natureza, de reuso, do combate ao consumo perdulário e da redução de perdas de água;
- Proteger áreas com funções ecológicas de interesse do saneamento básico, a exemplo de matas ciliares, rios, lagoas, florestas biodiversas e áreas verdes;

HABITAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

- Criar e implementar políticas públicas afirmativas para moradias, para e com a periferia, visando a diminuição da desigualdade social;
- Recuperar casarios coloniais e legitimar a moradia das famílias do Centro Histórico;
- Valorizar as habitações da cidade como espaços de identidade, cultura, meios de subsistência, a exemplo de comunidades pesqueiras;
- Criar políticas estruturais direcionadas a encostas e áreas alagadas, a exemplo de um plano diretor para áreas de risco;
- Garantir o reflorestamento de terrenos ociosos periféricos;
- Implantar soluções de baixo custo de captação de água das chuvas nas periferias;
- Promover assistência técnica para habitações de interesse social atingidas por efeitos climáticos, incluindo apoio antecipado a áreas afetadas por chuvas, alagamentos e deslizamentos;
- Proibir, em qualquer hipótese, a existência de pontos de descarte de resíduos no entorno de escolas públicas;

FORMAÇÃO EM CIDADANIA

- Criar a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental Municipal - CIEA/SSA, visando a estabelecer uma Política Municipal de Educação Ambiental e de Ecoturismo;
- Elaborar e implementar um programa de educação ambiental e mobilização cidadã, com ênfase em arborização, agricultura urbana, resíduos sólidos, conservação de praias e áreas costeiras e plantio periódico de árvores;
- Criar Câmaras Técnicas (CTs) de Educação Ambiental em todos os colegiados com atuação no território municipal, especialmente no Comam e no Conselho Municipal de Educação, adotando as recomendações e resoluções da CIEA-BA, do Cepram e do Conselho Municipal de Educação, estabelecendo um fluxo de informações entre essas CTs.

RESULTADOS DA CAMPANHA DE ADESÃO

***O documento foi assinado por* 4 candidatos à Prefeitura e 25 à Câmara de Vereadores.**

***Dentre eles, foram eleitos a vereadora* Maria Marighella**

***e o vereador* Sílvio Humberto.**

Eles assumem em 2021 com o compromisso de implementar e cobrar a implementação das propostas.

PACTO PELO CLIMA

CAMPANHA E RESULTADO DA CAMPANHA DE ADESÃO, ELEIÇÃO 2020

ENCONTRO 1
NÃO HÁ PLANETA B

URGÊNCIAS IDENTIFICADAS PARA SALVADOR E RMS A SEREM CONSIDERADAS NO PMAMC

ENCONTRO 1
NÃO HÁ PLANETA B

DATA: 17/02/2020 **- Casa Ninja Bahia (encontro presencial)**

ASSISTA: *PARTE 1 - HTTPS://WEB.FACEBOOK.COM/WATCH/LIVE/?V=648190225951247&REF=WATCH_PERMALINK%EF%BB%BF&_RDC=1&_RDR*

PARTE 2 - HTTPS://WEB.FACEBOOK.COM/WATCH/LIVE/?V=1028598134174289&REF=WATCH_PERMALINK

MEDIAÇÃO: ***Gabriela de Toledo,*** *Instituto de Permacultura da Bahia*

PARTICIPAÇÃO:
Prof. Emerson Sales, *UFBA/IHAC,*
Samile Leal, *Parque de Pituaçu*
Maíra Azevedo, *Bacia do rio Jaguaribe*
Débora Porciúncula, *Parque São Bartolomeu/APA Bacia do Cobre*
Margareth Maia, *Parque do Vale Encantado*
Yago de Souza, *Itapuã/Abaeté*

ANIMAÇÃO:
Maviael Melo, *poesia e música*
Marcelo Fonseca, *violão*
Clarissa Macedo, *poesia*

LEVANTAMENTO ELABORADO POR:
comunidades, pesquisadores, organizações da sociedade civil e movimentos sociais dos territórios de Salvador e Região Metropolitana - RMS

SISTEMATIZAÇÃO:
Grupo Ambientalista da Bahia

APRESENTAÇÃO

Temos a seguir, itens levantados e sistematizados a partir de projetos que têm sido desenvolvidos em diferentes territórios de Salvador e Região Metropolitana, que foram discutidos e apresentados em debates e rodas de conversas, e que estão sendo aglutinados na "Convergência pelo Clima" – um coletivo formado, desde a Semana do Clima da América Latina e Caribe, , realizada em agosto de 2019, em Salvador, para mobilizar esforços diante da Emergência Climática que vive o Planeta. Atualmente a Convergência trabalha com os seguintes objetivos: (1) monitorar e interferir no PMAMC e em outros instrumentos de planejamento; (2) obter compromissos dos candidatos à eleição municipal de 2020; (3) promover oficinas de formação para discutir a temática do Clima com as comunidades.

Este é um documento preliminar, com contribuições iniciais apresentadas pelas comunidades de diversas áreas da região, por técnicos que desenvolvem ações locais, por integrantes de organizações da sociedade civil e da academia. São itens identificados, até o momento, que foram chamados de "Urgências", dada a relevância das ações que estão por ser implementadas, mas que, com certeza, não se esgotam por aqui.

Mas esses são itens absolutamente necessários para compor o PMAMC, bem como outros instrumentos de planejamento, cujos focos prioritários devem ser, sempre, a qualidade de vida da sociobiodiversidade local.

INTRODUÇÃO

Lutas pelo território: o centro real e simbólico pelo bem viver!

Um território pode representar para o indivíduo que nele habita o seu "espaço de vida". Trata-se do lugar onde se luta pela sobrevivência, se mantém relações políticas, sociais e culturais, o espaço onde se vive, onde se cria identidade, o lugar apropriado pelo indivíduo material e abstratamente.

O atual modelo de desenvolvimento impõe um espaço urbanizado cada vez mais artificial e apropriado como mercadoria, impactando diretamente na relação do indivíduo com o território. A distância da natureza imposta por essa dinâmica reflete na vida e percepção do ser humano com o seu entorno. A natureza não faz mais parte de si mesmo, no máximo a vê em espaços confinados e cada vez menores, que seguem sob a pressão do contínuo processo, dito moderno, que não admite modos de vida sóciodiversos. O urbano desperta o interesse e a cobiça das classes e organismos sociais que atuam nele e, também, a fazer parte dos circuitos de valorização do capital, tornando-se a ambição dos agentes do capitalismo (empresas, corporações, setor rentista, etc.). Tal processo resultou na produção de novas territorialidades monopolistas, produtoras e reprodutoras de desigualdades de várias ordens em múltiplas escalas.

É nesse contexto que as grandes cidades do início do século XXI acabam marcadas por uma urbanização acelerada, que tem em vista a generalização do processo produtivo, o que resulta em novos padrões de exclusão socioespacial, notadamente expressos pela informalização das relações de trabalho e moradia e pela degradação da qualidade de vida, depredação da natureza e redução das áreas verdes.

Esse contexto agora se potencializa pela emergência climática que tem forte relação com o modelo de exploração da natureza sob a lógica da acumulação infinita.

Estamos convocados a nos unir e garantir visibilidade às lutas pelo território, seus aportes teóricos e diversidade de fontes de conhecimento que se refletem e potencializam nas atuações locais. Segue, portanto, a sistematização das Urgências para várias comunidades e seus territórios, da cidade de Salvador – SSA e Região Metropolitana – RMS .

SISTEMATIZAÇÃO DAS URGÊNCIAS

Urgências Gerais

Para elaborar e executar um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas, é preciso incluir as seguintes diretrizes gerais:

Monitorar constantemente as áreas verdes de SSA (fotos de satélites, fortalecimento da fiscalização);

Tratar das águas é fundamental ao se discutir emergência climática. O sistema hídrico deve ser base para um planejamento urbano responsável; desconstruir o discurso da ausência de rios, o fluxo promovido pelas águas é fundamental para a saúde ecossistêmica (que inclui o componente humano) e está intrinsecamente ligado à cobertura vegetal, uso e ocupação do solo;

Usar o solo urbano de forma que ele dialogue com a biodiversidade urbana, a qual propicia os serviços ecossistêmicos;

Tratar da biodiversidade junto com o social, ou seja, da "sociobiodiversidade". Valorizar a rica história e cultura local, relacionada às nossas águas, integrando esse aspecto com a valorização ecossistêmica. Valorizar os modos de vida tradicionais e a inovação com base na sustentabilidade;

Cuidar da saúde ecossistêmica é ter segurança hídrica e alimentar para as comunidades de uma área, seja ela rural ou urbana. O contato com a natureza colabora ainda com a saúde psicossocial, favorecendo a convivência e contribuindo para a redução da violência urbana;

Destamponar e revitalizar/renaturalizar/restaurar os rios – incluir os rios na paisagem, investir na convivência saudável com nossas águas. focar na continuidade do monitoramento, que deve preceder as obras e seguir durante e depois de sua implantação. Esse monitoramento deve gerar dados e informação transparente, visibilizada para a sociedade. Os custos com a produção e visibilização da informação devem ser previstos nos projetos de intervenção urbana (quando não, devem ser exigidos como parte do licenciamento e controle social). Assumir uma postura de responsabilidade perante o uso de recursos públicos, a sociedade não pode bancar intervenções que causam passivos e ainda arcar com os danos gerados pelos mesmos e com os custos para sua reversão;

Rever e redirecionar o projeto do BRT de Salvador, para garantir a permanência das árvores anciãs da av. Juracy Magalhães Jr., da vegetação remanescente das margens do Rio Camaragipe e paralisar o tamponamento;

Tornar a cidade mais permeável – adoção de soluções de adaptação baseadas em ecossistemas, para melhorar a retenção da água e favorecer a sua qualidade. Investir na restauração ecológica de áreas degradadas, aumentando a cobertura e permeabilidade do solo juntamente com a restauração de relações ecológicas típicas de áreas costeiras. Nesse contexto, destacar as áreas úmidas e áreas de preservação permanente como áreas de prevenção de risco e vulnerabilidade;

Investir no saneamento que gere resultados de qualidade da água e dos ecossistemas - Promover gestão de águas pluviais numa perspectiva de convivência saudável com as águas, investir em soluções descentralizadas para retenção de água no solo e para tratamento de efluentes domésticos e industriais, pensar um sistema de saneamento capaz de integrar soluções diversificadas. Qualificar e valorizar cooperativas de catadores, atividades de triagem e reciclagem de resíduos sólidos;

Trabalhar mais com a prevenção dos problemas (princípios da precaução e prevenção) do que com as providências em relação aos danos consumados – promover saúde ecossistêmica no ambiente urbano priorizando a conservação de áreas naturais, valorizando as mesmas na paisagem urbana, ao invés de deixá-las abandonadas, marginalizadas e invisibilizadas, em função de interesses especulativos;

Conectar "Ciência, Sociedade/Ativismo e tomadores de decisão;

Promover o diálogo com a população em geral, as comunidades residentes nos diferentes territórios. Garantir a responsabilidade com o uso do dinheiro público, com a valorização de nossos ativos ambientais e a mitigação de passivos já existentes. Olhar e pensar a cidade valorizando seus diferenciais, numa leitura de paisagem mais integrada;

Dialogar com a juventude da periferia; transmitir este tipo de informação para as comunidades que não têm acesso aos debates sobre temas importantes;

Promover plantios em massa, com espécies nativas (planejados e monitorados);

Aprofundar a busca de informações sobre as emergências climáticas, os estudos sobre a complexidade e as análises sobre as relações entre os tipos de governo e suas gestões socioambientais;

Promover momentos de divulgação de informações e de reflexão em todas as esferas, públicas e privadas, para questionamento do tipo de "agro" que realmente precisamos;

Levantar e aplicar as alternativas agroecológicas e permaculturais, em Salvador e Região Metropolitana;

Melhorar a qualidade da água disponível na cidade, qualificando seus usos. Projetos sustentáveis criam oportunidades de novos empregos e geração de renda. Envolver as pessoas como parte das soluções investindo em campanhas, coleta seletiva e incentivos fiscais para adoção de soluções descentralizadas individuais e coletivas;

Estabelecer a qualidade ambiental como prioridade resultante das intervenções. Já temos repetido modelos sabidamente insuficientes e inadequados, criadores de cenários de colapso urbano, por não

incluir uma convivência saudável com as águas. Modelos estes que causam rupturas importantes no fluxo de recarga hídrica e aumentam a concentração de poluição na água;

Fazer diferente, agir agora, sem medo de abandonar os velhos modelos.

Urgências Territoriais

Com destaques para os territórios: do Vale Encantado; Parque de Pituaçu; APA Bacia do Cobre-Parque São Bartolomeu; Pedra de Xangô; Pirajá; Lagoa da Paixão; Lagoa dos Frades; Parque da Lagoa dos Pássaros; Parque Mata Escura; Itapuã e Lagoa do Abaeté; Bacia do Rio Jaguaribe; Engenho Velho da Federação; Pelourinho; Subúrbio; Ipitanga; Solar do Unhão, dentre outros.

JAGUARIBE

Cuidar e conservar o Rio Jaguaribe – o rio onde as onças bebiam água, mas que ainda tem jacaré, é um dos últimos rios que conecta o miolo da cidade com a orla atlântica e ainda está inserido numa área de grande riqueza. É parte de uma bacia que vem sendo perigosamente adensada por ocupações regulares e irregulares. Guarda rios onde até bem pouco tempo (antes das obras de intervenção da Avenida 29 de março e macrodrenagem dos rios da bacia) ainda se via diversidade de peixes, insetos, aves e gentes. Estamos perdendo este território, e apartando as comunidades da natureza, gerando insegurança social, hídrica e alimentar. Os projetos precisam integrar os rios, respeitar seu curso;

Considerar que o rio vai além do leito e das margens – as zonas de recarga hídrica são áreas que compõem o rio, contribuindo para sua qualidade e também para sua capacidade de vazão;

Considerar o rio Jaguaribe como área que pode ser conexão entre outras áreas verdes importantes de SSA - Bacia que guarda conectividade entre áreas de mananciais importantes como o Cobre, Ipitanga, Abaeté e Pituaçu. Guarda diversos perfis de mata atlântica e ecossistemas associados (mata ombrófila, dunas, restinga e manguezal). Nela estão inseridos a Pedra de Xangô, o Vale Encantado, o manguezal Passa Vaca;

Preservar as áreas de restinga, dunas e manguezal, além das florestas, pois todas pertencem ao bioma Mata Atlântica e SSA está totalmente inserida nesse bioma, como zona costeira. Além de serem importantes para recarga hídrica, essas áreas contribuem significativamente para a regulação do clima e funcionam como zonas tampão em caso de eventos extremos;

VALE ENCANTADO

Manter as áreas verdes existentes, estimular a abertura e a conservação de novas, investir na biodiversidade urbana já que elas favorecem a regulação climática urbana;

Acelerar os trâmites da criação do Refúgio de Vida Silvestre do Vale Encantado e estabelecer uma gestão eficiente compartilhada com a comunidade;

Criar e manter Corredores Ecológicos urbanos e fortalecer as conexões entre parques, UCs e áreas verdes que já existem (Abaeté, Pituaçu, Teodoro Sampaio, Pirajá, São Bartolomeu, Pedra de Xangô, Mata Escura, Vale Encantado, Abaeté ...), usando a Educação Ambiental como elemento agregador;

PARQUE DE PITUAÇU

Fortalecer os movimentos locais de preservação do Parque de Pituaçu, assim como o Fórum Permanente de Itapuã, e outros relacionados com outras áreas da cidade;

Fortalecer a campanha "Parques em Conexão"através do compartilhamento das informações divulgadas pela mesma;

Usar a Arte como instrumento de transformação social e conscientização ambiental, alcançando com ela pessoas das comunidades que normalmente não têm condições facilitadas nem acesso às informações mais estruturadas;

Trabalhar com uma agenda anual de eventos de Arte e Cultura para ocupar os Parques (festivais, feiras, caminhadas, eventos esportivos, de autoconhecimento, etc...);

Fortalecer as atividades da Escola de Circo Picolino na frente do Parque de Pituaçu, construindo uma relação agregadora de atividades entre estes dois espaços;

Ocupar o Parque de Pituaçu e demais parques e áreas verdes, com ações de arte, esportes e lazer;

Revitalizar a ciclovia (aprox. 15 km) do Parque de Pituaçu, mantendo seu aspecto natural e ocupá-la com atividades e eventos para a comunidade;

Preservar as áreas do Parque de Pituaçu e impedir a construção de via expressa por cima da lagoa;

Proporcionar atividades considerando os cuidados com as vidas que podemos ver e para o sagrado, que é invisível aos olhos, mas que está a todo momento emanando suas energias através das matas e das águas;

APA BACIA DO COBRE – PARQUE SÃO BARTOLOMEU

Cuidar e preservar a APA da Bacia do Cobre/São Bartolomeu;

Buscar auxílio em bases epistemológicas que sejam complexas, holísticas e integradoras da diversidade dos modos de vida;

Valorizar existências e resgatar a História do Subúrbio;

Usar o espaço das Trilhas Ecológicas para sensibilizar e informar;

Conservar, planejar e monitorar os usos das matas e águas da APA Bacia do Cobre (extrativismo, pesca, uso religioso);

Exigir da Embasa a retirada dos esgotos das águas da Bacia do Cobre, do Lago da Barragem e dos Parques;

Exigir que seja construído um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre a EMBASA e Sociedade Civil Organizada no que diz respeito aos problemas já identificados e a proposição de estratégias mais eficazes para solução dos problemas, de forma participativa;

Fortalecer indivíduos, grupos, associações, coletivos, que exercem o papel de "Guardiões da Floresta", para que possam manter um trabalho de monitoramento e mobilização pela conservação ambiental da APA da Bacia do Cobre e dos Parques Lagoa da Paixão, Pirajá e São Bartolomeu;

Interromper o tamponamento do Rio Paraguari e exigir a integração das obras que acontecem sem diálogo nesta Bacia entre os governos estadual e municipal. Obras que acontecem concomitantemente sem que um saiba sobre o projeto do outro, com risco das obras interferirem entre si e provocar problemas futuros;

Discutir e decidir junto com as comunidades as questões socioambientais da APA e dos Parques Lagoa da Paixão, Pirajá e São Bartolomeu: Poluição por lançamento de efluentes domésticos e industriais nos corpos hídricos que integram o sistema Bacia do Cobre, observando que neste processo a rede de esgotamento sanitário da Embasa está subdimensionada e tem se mostrado incapaz de suprir o aumento exponencial da produção de esgotos, em decorrência disto constantemente os seus Postos de Visitas - PVs extravasam e poluem o rio e nascentes; poluição da águas e ocorrência de casos de esquistossomose (acompanhados pela Fiocruz); Invasão de áreas da mata por empresários, grileiros, etc.; intervenções de infraestrutura de moradia e viária provocadas pelo próprio poder público sem planejamento prévio, aqui se insere a ausência do plano de manejo e de políticas públicas que protejam a vida de todos que convivem com a florestas e estão mais próximos das dinâmicas rurais do que urbanas, embora em coexistência tensionada no espaço urbano; ausência de políticas públicas socioambientais impulsionadas pelos próprios governos Estadual e Municipal;

Acelerar a expansão do modelo de cercamento instalado no São Bartolomeu em todo entorno da Floresta (compreendendo as áreas de Pirajá; Derba; Hospital do Subúrbio; Conj. Habitacional

Paraguari II; Mirantes de Periperi; Ilha Amarela e Rio Sena);

Elaborar e implementar um Plano de Resíduos Sólidos para APA;

Incentivar a agroecologia e ações de reflorestamento;

Buscar soluções inteligentes que integrem as comunidades e sociedade civil organizada em seus diferentes territórios, de forma a fomentar a apropriação destas às áreas da APA que já convivem de forma ecologicamente sustentável, com possibilidade de desenvolvimento humano (produção, etc), (que não repitam os erros do passado);

ITAPUÃ – LAGOA DO ABAETÉ

Valorizar a história de Itapuã e da Lagoa do Abaeté (local de pesca de baleias e produção do óleo para os lampiões de rua no início do século passado; lavadeiras, pescadores, Ganhadeiras de Itapuã – tema recente da Escola de Samba Viradouro-carnaval 2020);

Considerar a fragilidade dos ecossistemas de restinga e de dunas locais, para preservá-los;

Incentivar as pesquisas sobre a área de Itapuã e entorno, buscando alternativas para preservação da região;

Articular com escolas de Itapuã e comunidades locais para discutir a preservação da área;

Promover atos em defesa da região de Itapuã/Abaeté e trilhas locais;

Preservar o acesso à orla de Itapuã, não permitindo o fechamento das praias pelos condomínios locais.

QUESTIONAMENTOS SOBRE A ELABORAÇÃO DO PMAMC

Considerando que, por inúmeras ocasiões, os modelos de consultas e de audiências públicas atuais não têm sido satisfatórios, porque constantemente tornaram-se apenas um momento informativo por parte dos grupos gestores, com muito pouca possibilidade de estudo, análise, aprofundamento e contribuições efetivas por parte das comunidades, perguntamos:

- ***Como as comunidades dos territórios de Salvador e RMS vão poder participar e interferir nas decisões, durante a elaboração do PMAMC e demais instrumentos de planejamento?***
- ***Como tornar transparente e efetivamente participativa a condução dos conselhos municipais que tratam desse tema: Emergência Climática?***

REFLETINDO SOBRE ESSAS QUESTÕES,CONSIDERAMOS FUNDAMENTAIS ALGUNS PONTOS A SEGUIR:

- Disponibilizar toda a documentação a ser apresentada nas consultas e/ou nas audiências públicas com uma antecedência que permita os estudos necessários;
- Elaborar e disponibilizar, junto com a documentação formal, um Resumo Técnico, com linguajar mais popular;
- Divulgar o andamento dos processos de planejamento público de forma transparente e, principalmente, de fácil acesso a qualquer cidadão e cidadã;
- Integrar de forma real os representantes da sociedade civil, da prefeitura, das empresas privadas, dos cidadãos, das cidadãs e das universidades, de maneira que os participantes tenham autonomia e ampla liberdade de expressão;
- Usar o formato de oficinas deliberativas, para o diálogo livre e aberto dos diferentes itens do PMAMC e demais instrumentos de planejamento, de uma forma horizontal com a participação dos representantes dos diferentes segmentos;
- Incluir um representante da sociedade civil na equipe de elaboração do PMAMC.

ENCONTRO 2
PARQUES E CLIMA DE SALVADOR

ENCONTRO 2
PARQUES E CLIMA DE SALVADOR

DATA: 12/06/2020 *- Live transmitida no canal do youtube Canteiros Coletivos Movimento*

ASSISTA: *https://www.youtube.com/watch?v=kkwr9wmNDB4&t=116s*

MEDIAÇÃO: ***Débora Didonê,*** *Canteiros Coletivos*

PARTICIPAÇÃO:

Miguel Accioly*, professor do instituto de biologia da UFBA*

Maria Alice Silva*, advogada, mestre e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo(UFBA), membro do grupo de implantação do Parque Pedra de Xangô*

Lavínia Bomsucesso*, membro do Fórum Permanente de Itapuã e da Câmara Técnica do Conselho da APA Lagoas e Dunas do Abaeté, coordena o Projeto Parques em Conexão.*

Paulo César Canário*, membro do Conselho Gestor do Parque e do Movimento Viva o Parque de Pituaçu, atua há 30 anos na defesa de sua preservação.*

Rita Franco*, membro há seis anos do Movimento Salve a Lagoa dos Pássaros e da Associação de Moradores Quadra 8, no Stiep.*

Débora Porciuncula*, membro do coletivo Guardiões APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu e do conselho gestor da APA, a qual apoia com atividades e projetos, e intermediação de assessoria técnica e jurídica.*

Tatiana Bichara*, membro do Imaterra e do SOS Vale Encantado, busca fortalecer movimentos pela conservação de áreas verdes através de estudos técnicos, principalmente da paisagem.*

Carolina Queiroz*, Arquiteta e Urbanista, mestranda do PPGAU-UFBA, pesquisadora do LabHabitar no projeto conjunto com a ACOPAMEC para implementação do Parque Theodoro Sampaio.*

PARQUES EM CONEXÃO
SUGESTÕES AO PLANO DE MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS - PMAMC

ÁREAS VERDES:

- *Parque e APA do Abaeté*
- *Parque Lagoa dos Pássaros*
- *Parque Metropolitano de Pituaçú*
- *Parque em Rede Pedra de Xangô*
- *Parque São Bartolomeu; Pirajá e Lagoa da Paixão e APA Bacia do Cobre*
- *Parque Theodoro Sampaio*
- *Refúgio da Vida Silvestre Vale Encantado*

COLABORAÇÃO:

- *Associação de Moradores da Quadra 8 (Stiep)*
- *Coletivo Guardiões APA Bacia do Cobre*
- *Fórum Permanente de Itapuã*
- *Grupo de Implantação Parque em Rede Pedra de Xangô*
- *Instituto Mãos da Terra - Imaterra*
- *LabHabitar - Laboratório de Habitação e Cidade / PPGAU-FAUFBA*
- *LACAM-TEC Laboratório de Conforto Ambiental e Tecnologia Sustentáveis em Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo*
- *Movimento SOS Vale Encantado*
- *Movimento Salve a Lagoa dos Pássaros*
- *Movimento Viva o Parque de Pituaçu*
- *Parques em Conexão*
- *Rede Convergência pelo Clima*

SISTEMATIZAÇÃO:

- *Projeto Emergência Climática em Salvador*

PARQUES E CLIMA DE SALVADOR

INTRODUÇÃO

O município de Salvador, com uma área geográfica total de de 706.799 km² (incluindo parte marítima) e uma área continental de 324,5 km², já perdeu cerca de 80% da cobertura florestal, perfazendo as áreas verdes do continente e das ilhas (dado do Map Biomas 2018). Considerando-se a importância da cobertura vegetal para a qualidade de vida de uma população de cerca de 2.938.092, habitantes (estimativa IBGE 2016) em uma área de acentuado adensamento urbano, e também a importância de se conservar fragmentos de florestas ainda existentes, estão destacadas neste documento algumas das medidas fundamentais consideradas de extrema importância recomendar à Prefeitura Municipal de Salvador como parte integrante do Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas de Salvador (PMAMC) no que concerne sete grandes parques atualmente monitorados por grupos da sociedade civil da capital baiana: Parque e APA do Abaeté (Itapuã), Parque Lagoa dos Pássaros (Stiep), Parque em Rede Pedra de Xangô (Cajazeiras), Parque São Bartolomeu; Pirajá e Lagoa da Paixão (APA Bacia do Cobre, Subúrbio Ferroviário), Parque Theodoro Sampaio (Mata Escura), Refúgio da Vida Silvestre do Vale Encantado (Patamares) e Parque Metropolitano de Pituaçu (Pituaçu).

Além das áreas acima citadas, destaca-se ainda a importância de se lançar um olhar cuidadoso a outras áreas verdes com impacto climático significativo para a cidade, como o Jardim Botânico, o Parque Zoobotânico, o Parque da Cidade, a APA Joanes Ipitanga (Região Metropolitana), o Parque das Dunas, a APA Baía de Todos os Santos, o Parque dos Ventos e o Parque Marinho da Barra, além das florestas estaduais Ilha de Maré e dos Frades, localizadas nas ilhas que compõem o município. A conservação dessas áreas verdes, de maneira geral, é fundamental para a saúde física e mental da população, mas principalmente para saúde climática do globo (macroclima), regional (mesoclima) e local (microclima). Áreas verdes mais amplas do território municipal, como é o caso dos parques São Bartolomeu e Abaeté, ambos com mais de 1 mil hectares cada, colaboram por exemplo para regular o clima de toda a cidade.

Entre outras questões relacionadas a estes espaços importantes a ser consideradas no PMAMC, está a necessidade de se pensar em uma gestão sólida para cada uma das áreas verdes, como acontece com as áreas protegidas cadastradas no Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC). De todas as citadas, apenas a APA do Abaeté e a APA de São Bartolomeu são consideradas Unidades de Conservação oficiais de acordo com esse sistema - e ainda assim, fragilizadas. Ao estar no SNUC, as áreas minimamente passam a contar com a gestão participativa da sociedade civil. Ou seja, coletivos e grupos atuantes nesses espaços e defensores de sua conservação há décadas passam a influenciar diretamente nas diretrizes dos cuidados necessários para cada parque.

PARQUE DO ABAETÉ E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DAS LAGOAS E DUNAS DO ABAETÉ

CONTEXTUALIZAÇÃO/ATUAÇÃO

O Fórum Permanente de Itapuã (FPI) atua pela proteção e conservação do Parque do Abaeté e da APA Lagoas e Dunas do Abaeté junto a outros coletivos locais, como a Câmara Técnica (CT) que assessora o Conselho Gestor da APA Lagoas e Dunas do Abaeté realizando ações como a solicitação de fiscalização de poços artesianos, invasões e ocupações irregulares no território da APA, bem como a atualização do plano do seu plano de manejo. A CT ainda acompanha e transforma em denúncias variadas formas de uso indevido do território como a realização de cavalgadas, corridas de quadriciclo ou corridas de aventura em zonas consideradas de alta prioridade para conservação.

Ela tem também procurado divulgar os atrativos do Abaeté através de trilhas lideradas por técnicos dessa CT, que obedecem sempre a máxima de "não tirar nada, apenas foto. Não deixar nada além de pegadas", e direcionando os visitantes sempre para a parte das dunas, evitando taxativamente o pisoteio da vegetação nativa e biodiversa que tem função biológica de fixação das dunas. Esse conjunto de orientações passados pelos técnicos voluntários é extremamente relevante, mas só acontece nas atividades promovidas pelos coletivos. Surpreende que não haja sequer uma placa recomendando esses cuidados a todos os visitantes da APA.

Quanto aos poços artesianos, o conjunto de autorizações de outorga de água para hotéis e habitação em geral impacta diretamente na capacidade hídrica do aquífero de manter o potencial das lagoas e de áreas alagáveis.

A APA é demandada para oferecer trilhas ecológicas à sociedade, e para isso faz-se necessário investimento social. As trilhas poderiam ser guiadas por jovens da comunidade, que frequentam a área e ainda não tem a experiência do primeiro emprego. A poligonal da UC requer cercamento, um projeto permanente de educação ambiental e de educomunicação com a comunidade, de modo a criar uma rede local de proteção.

PROPOSTAS

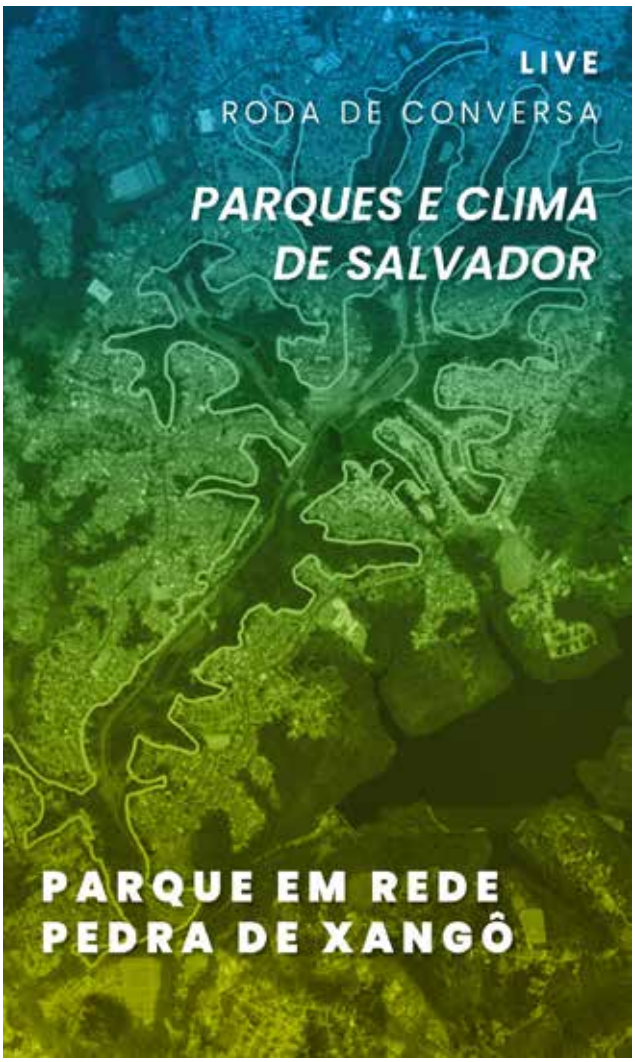
- Formação e capacitação em Educação Ambiental para se obter equipes preparadas de guias e monitores em atuação na APA.
- Destinar uma área para práticas agroecológicas na revisão de zoneamento da APA.
- Fortalecer o bairro de Itapuã como Território do Clima da cidade de Salvador.
- Promover a gestão participativa do Plano de Bairro de Itapuã, de modo que projetos e obras sejam frutos da coparticipação social.

- Construção participativa do plano de bairro de Itapuã e bairros circunvizinhos.
- Criação de modal de ciclovia respeitando conservação do último remanescente de restinga localizado na orla.
- Consulta aos coletivos e ao Conselho da APA para compor coletivamente as intervenções na área da APA.
- Impedimento da realização de projetos urbanísticos com impacto em áreas naturais de restinga que vão de Itapuã a Stella Mares, como é o caso nas recentes obras de requalificação da orla.
- Instalação de coletores de resíduos com separação de plástico, papel, metal e vidro nas praias de Itapuã, evitando assim a poluição de areias e mares.
- Criação do Programa de Separação/Coleta Seletiva do bairro de Itapuã envolvendo cooperativas e redes.
- Articulação de campanhas permanentes de Educação Ambiental para banhistas e permissionários da orla.
- Implementação de ecosaneamento para a APA do Abaeté.
- Identificação de pontos de contaminação geradoras de baronesa/eutrofizada na superfície da Lagoa do Abaeté.

PARQUE EM REDE PEDRA DE XANGÔ

CONTEXTUALIZAÇÃO/ATUAÇÃO

Considerada área de remanescente do bioma Mata Atlântica e de quilombos, o Parque em Rede Pedra de Xangô está localizado no miolo de Salvador, nos limites sul da APA Estadual Joanes Ipitanga. Ao identificar que ele não estava inserido na poligonal da APA Joanes Ipitanga, um grupo de pesquisadores propôs, no ano de 2016, quando se discutia o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, a criação da APA Municipal Vale do Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô. Entre os objetivos, estavam a necessidade de se garantir a melhoria das condições socioambientais da região de Cajazeiras e adjacências, o desenvolvimento sustentável e participativo da APA Estadual Joanes Ipitanga, a conservação da sub-bacia do Ribeirão Itapuã, a necessidade de se assegurar a continuidade das manifestações culturais, populares, indígenas e afrobrasileiras na localidade e, sobretudo, a salvaguarda, conservação e preservação da Pedra de Xangô e seu entorno. Além de ser um patrimônio ambiental, a Pedra de Xangô, possui mais de 2 bilhões de anos, é considerada patrimônio geológico de relevância nacional pelo Serviço Geológico do Brasil. Até a década de 1970, a Pedra de Xangô se localizava em uma área de mata fechada, e foi completamente desnudada para a abertura da



Avenida Assis Valente. Com a parceria de terreiros de candomblé, doze lugares sagrados foram mapeados em seu entorno como forma de garantir que pedras, árvores, riachos, nascentes e matas, todos elementos fundamentais para o exercício da religião do candomblé, fossem preservados. Atualmente, um dos parques da região da Pedra de Xangô está na iminência de ser implantado, na expectativa de que seja inserido como unidade de conservação.

PROPOSTAS

- Conservação, preservação e manutenção da poligonal da Pedra de Xangô e de todos os parques da cidade, para que os planos de Mata Atlântica e de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas possam ser implementados a partir da poligonal dessas áreas verdes institucionalizadas.
- Implementação de soluções inovadoras como infraestrutura verde (de baixo impacto) e infraestrutura cinza para tratamento de esgoto.
- Tratamento dos recursos hídricos, retirando todos os lançamentos dos esgotos nos rios, com intervenções no entorno dos doze lugares sagrados do Parque em Rede Pedra de Xangô.
- Implantação de um plano de Educação Ambiental, cultural, patrimonial para as crianças da rede pública de ensino, de forma que as novas gerações assegurem a defesa da natureza e suas tradições culturais e históricas.
- Criação de um sistema verde, no formato de corredor ecológico, que possibilite o diálogo entre todos os parques e a preservação de toda a área remanescente de Mata Atlântica da cidade de Salvador.
- Implementação da Área de Proteção Ambiental (APA) Vale do Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô.

PARQUE METROPOLITANO DE PITUAÇU

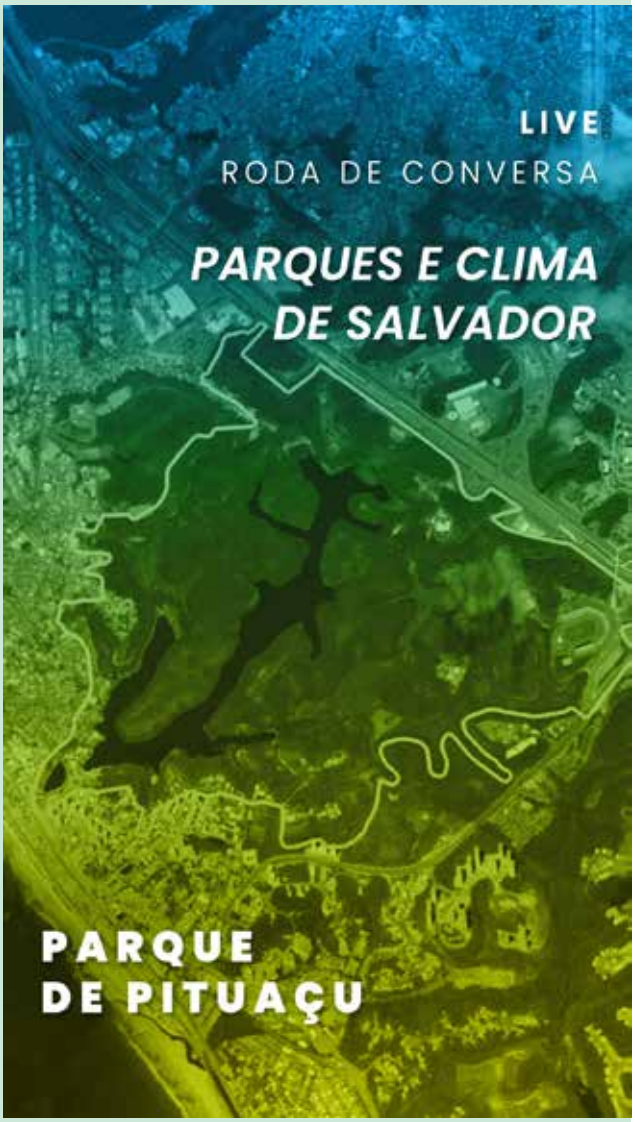
CONTEXTUALIZAÇÃO/ATUAÇÃO

Formado por pessoas de diversas estratificações sociais, profissões e visões de mundo, que têm em comum o amor à Mãe Terra, à natureza e ao Parque Metropolitano de Pituaçu como espaço público de lazer e interação social, o Movimento Salve o Parque de Pituaçu defende este importante parque como um pulmão e amenizador das condições climáticas do seu entorno e da cidade de Salvador. Iniciado em meio às discussões do PDDU, em 2016, o movimento atualiza ainda lutas de tempos passados, quando defensores do parque conseguiram alertar a sociedade sobre ameaças como a obra da Avenida Leste-Oeste, atualmente chamada de Via do Atlântico. O Parque Metropolitano de Pituaçu, espaço público com remanescentes de Mata Atlântica criado em 1973 por decreto do Governo do Estado da Bahia, é uma importante reserva ecológica da cidade, com fauna e flora nativas, e vem sendo violentamente dilapidado ao longo de décadas. São muitas as reivindicações para sua melhoria. No entanto, definiram-se as seguintes pautas prioritárias para potencializar a retomada da conservação desse patrimônio da cidade.

PROPOSTAS

- Revisão e Proteção à poligonal do Parque: O Decreto de criação do Parque Metropolitano de Pituaçu (Decreto 23.666/1973) estabeleceu uma poligonal de aproximadamente 660 hectares. Restam hoje 392 ha (Decreto 14.480/2013). Cerca de 40% da área foi perdida para a implantação de empreendimentos, inclusive por parte do Estado. Para a manutenção das funções sociais e

ambientais do parque, é necessário revisar a poligonal de forma a reincorporar ao menos duas áreas: o terreno doado à Universidade Católica de Salvador, e a área doada à Fundação Bahiana de Cardiologia, esta última hoje em mãos da recém criada Bahia Investe (Lei 13.594 de 01 dezembro de 2016). Ambas contam com vegetação íntegra e de importante papel ecológico no território.



- Efetiva proteção dos limites de Pituaçu com cercamento e comunicação visual para que fique claro se tratar de uma área onde não é permitido construir. É necessária também a ação fiscalizadora efetiva da administração, do Inema e da PM/Coppa e a criação, com participação das comunidades e instituições pertinentes, de um protocolo para evitar e lidar com invasões e ocupações.
- Interdição de novas construções que vão contra os objetivos originais do parque, inclusive em relação ao Governo do Estado, que prevê a construção de um ginásio poliesportivo ao lado do estádio de Pituaçu, além da ampliação da estação de condicionamento prévio do emissário submarino. É necessário ainda que a sociedade civil tenha conhecimento dos planos da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) para o Bahia Café Hall, que, ao estar dentro da poligonal, deve ter uso compatível com os objetivos e a conservação dessa área verde.
- Interdição de grandes shows no Alto do Andu, que geram enorme impacto na fauna e flora no entorno, assim como reintegrar a área invadida por empreendimentos privados neste local à Poligonal do Parque.
- Indenização dos proprietários para desocupação e restauração florestal do local.
- Desapropriação urgente da imensa área da construtora Delta, entre o Alto do São João e o Bate Facho.
- Recuperação de trilhas e do mirante para uso de frequentadores do parque, uma solução necessária e hoje utilizada pelo Pangea.
- Criação urgente de um grupo de trabalho participativo para estudar e encaminhar conflitos de ocupação e a revisão da poligonal. Hoje, a poligonal de Pituaçu é ocupada por inúmeros moradores, de todas as classes sociais, mas a repressão do poder público só recai sobre os pobres. Enquanto isso, a especulação imobiliária e empreendimentos estatais avançam em áreas do parque, impactando no meio ambiente e privatizando o espaço público.
- Enquadramento na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. A Lei Federal no 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece: "Art. 3o O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto nesta Lei." Também estabelece em seu artigo 55: "As unidades de conservação e áreas protegidas criadas com base nas legislações anteriores e que não pertençam às categorias previstas nesta Lei serão reavaliadas, no todo ou em parte, no prazo de até dois anos, com o objetivo de definir sua destinação com base na categoria e função para as quais foram criadas, conforme o disposto no

regulamento desta Lei. (Regulamento) Dessa forma, urge essa tarefa da reavaliação do Parque de Pituaçu, que ainda não teve seu enquadramento no SNUC, segundo a Lei Federal.

- Regularização fundiária definitiva diante da poligonal levantada, com plano de reassentamento quando for necessário, e elaboração de um Plano de Manejo com seu zoneamento, além de um plano de gestão participativo, segundo critérios legais vigentes.
- Fortalecimento do Conselho Gestor de Pituaçu, de forma a intensificar o controle social da sua gestão.
- Incorporar a Câmara Técnica de Consolidação Territorial do Conselho Gestor ao Grupo de Trabalho da Casa Civil do Governo do Estado criado para deliberar sobre a poligonal e outros temas com relação ao Parque de Pituaçu.
- Comprometimento do Governo do Estado com o não licenciamento da obra do Avenida do Atlântico e exclusão definitiva desse projeto do PDDU de Salvador. Proibição do cruzamento ou da ocupação das bordas do parque ou da represa pela Via Expressa da Avenida do Atlântico, que conforme o mapa SAVAM do PDDU 2016, está projetada para atravessar os parques do Pituaçu e o do Vale Encantado, dividindo e destruindo importantes áreas verdes e eliminando a possibilidade de se estabelecer um corredor ecológico entre ambas. É imperioso que o PMAMC aponte para a definitiva retirada do projeto da Avenida do Atlântico do PDDU e do PLANMOB.
- Conservação Ecológica do Parque de Pituaçu, que é rico em biodiversidade, apresentando riqueza de fauna e flora do bioma Mata Atlântica, incluindo espécies ameaçadas.
- Melhoria e manejo florestal contínuo para acelerar o estágio de regeneração do Parque.
- Adoção de medidas para efetiva proteção da poligonal e a construção de um plano de manejo com estudos e zoneamento do parque, fundamentais para a preservação e melhoria da biodiversidade de fauna e flora locais, além da promoção de pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo, recreação em contato com a natureza e da integração econômica e social de comunidades vizinhas.
- Participação da sociedade civil e da comunidade científica e técnica na criação do Plano de Manejo, integrando principalmente moradores do entorno e contemplando um plano de educação ambiental para os frequentadores.
- Uso do parque para fins sociais: esporte, lazer, educação ambiental, pesquisa, entre outras. Principalmente com atividades gratuitas ou de baixo custo - acessível a todos - com planejamento participativo e democrático, visando pleno envolvimento da sociedade e das comunidades do entorno e a conservação ambiental.
- Centralizar o uso do parque nas partes mais antropizadas, a exemplo da área próxima à administração, para favorecer a conservação ecológica, conforme os critérios a ser estabelecidos no Plano de Manejo.
- Inserção do Parque Pituaçu como um novo 'cartão postal' de Salvador.
- Criação de um plano de incentivo à visitação do Parque pelas Secretarias de Turismo do estado e município, desenvolvendo turismo, cultura e capacitando a comunidade do entorno a realizar trabalho de monitoria, valorizando o parque e gerando renda às comunidades.
- Segurança e integração social: gestões passadas já tiveram ganhos significativos na segurança do Parque ao apostar na integração social, empregando moradores do entorno em seu efetivo, levantando locais com mais ocorrência de crimes e apostando no diálogo com moradores.
- Combate ao racismo institucional e ambiental na segurança do Parque através de diálogo e ferramentas participativas de gestão.

PARQUE LAGOA DOS PÁSSAROS

CONTEXTUALIZAÇÃO/ATUAÇÃO

O Parque Lagoa dos Pássaros possui um significativo remanescente florestal de Mata Atlântica e um cordão de dunas, importantes no equilíbrio ambiental local e no seqüestro de carbono. Localizado nos bairros do Stiep e Costa Azul, essa paisagem abriga nascentes, lagoas e córregos onde uma diversidade de animais saciam a sede. Atualmente, o parque se constitui como ilhas verdes entre prédios de concreto, e os cordões de dunas no entorno da Lagoa dos Pássaros estão parcialmente preservados graças à mobilização de moradores locais. A luta pela preservação das áreas de dunas teve início nas décadas de 1970 e 1980, a partir da conscientização da comunidade local, que deu início a várias ações contra as constantes degradações ambientais no espaço. Especialistas, organizações e universidades realizaram importantes estudos sobre a fauna e flora do território, identificando mais de 120 espécies de animais, entre aves, mamíferos e outros seres.

Há no local cerca de 100 espécies de aves, 14 de répteis e 6 de mamíferos, revelando um potencial Refúgio de Vida Silvestre que dá apoio, por exemplo, a aves migratórias. Entre as aves, estão: falcão quiríquirí (falco spaverius), saíra azul (dacnis cayana), pitiguarí (cyclarhis gujanensis), bico de veludo (schistochlamys ruficapillus), canário da terra (sicalis flaveóla), periquito estrela (aratinga áurea), gavião carijó (rupornis magniróstris) e andorinha do campo (NC Phaeoprogne. Tapera). Em 1985, foi identificado o falcão peregrino, originário da América do Norte, que tem as dunas como habitat temporário. Da flora, há um levantamento de 106 tipos de plantas e arbustos, entre nativas e introduzidas, dispersas e semeadas através da fauna local. A partir de 1993, o Grupo de Defesa Ambiental (GRUDEAM) e outras entidades ambientalistas (Gérmen e Gambá) encaminharam para a então Secretaria de Meio Ambiente e Defesa Civil da Prefeitura (SEMADE) a proposta de um projeto de lei para demarcar e proteger ecologicamente toda a área das dunas, com aproximadamente 23 hectares. O movimento foi vitorioso e o projeto de lei nº 193/95 tornou o local Área de Proteção dos Recursos Naturais (APRN). Em 2002, um dossiê ambiental sobre as dunas foi encaminhado para o executivo municipal de Salvador, solicitando reconhecimento da área como Refúgio da Vida Silvestre (categoria de Unidade de Conservação - UC).

Em novembro de 2016, a Associação dos Moradores da Quadra 8 (AMOQ8) verifica em um jornal do Sindipetro (6/10/2016) a informação sobre doação de 21.000 m2 da APRN para a construção de sede da entidade e de prédios residenciais que seriam revertidos em renda para o sindicato.
A AMOQ8, o GAMBÁ, a Associação de Moradores do Jardim Atalaia e o Colégio Carlos Marighella, se reúnem no Movimento Salve a Lagoa dos Pássaros e encaminham uma ação civil pública para impedir as construções. A doação foi revogada e a prefeitura assina, em julho de 2018, a ordem de serviço de R$ 825 mil para a implantação do projeto de requalificação da Lagoa dos Pássaros, cujo projeto inicial foi elaborado pela Fundação Mário Leal Ferreira, em 2014. As obras ainda não

foram concluídas, e parte da área da poligonal próxima às casas da Quadra 8, que passou por um desabamento no passado recente, foi retirada do projeto inicial.

PROPOSTAS

- Resgate do projeto original (2014) da Fundação Mário Leal Ferreira e incorporar a poligonal acordada com a comunidade local, incluindo a área da ladeira ao fundo da Fieb.
- Recuperação completa da Lagoa dos Pássaros e preservação de nascentes.
- Realização do levantamento de águas de poços no entorno da Lagoa para avaliar sua pressão no lençol freático, uma das fontes que alimentam a lagoa.
- Realização de plantios na encosta da Lagoa, ao lado do Jardim Atalaia.
- Contenção ecológica das encostas tanto na Quadra 8 quanto no Jardim Atalaia, próximo ao Cealp.
- Urgente abertura do Parque para a comunidade poder utilizar a pista de caminhada, pier, espaços para piquenique e capoeira, praça de esportes, parque infantil, e aparelhos de ginástica.
- Realização de feiras agroecológicas periódicas.
- Reativação do Centro de Educação Ambiental da Lagoa dos Pássaros - Cealp, que funcionou até 2004.
- Eleição do Conselho Gestor do Parque de forma democrática, participativa e transparente.
- Garantia de guarda municipal e de um trabalho mais rigoroso de fiscalização para coibir o depósito lixo nas encostas da área do Parque.
- Criação do Observatório de Aves estruturado em três pilares: pesquisa, educação e conservação ambiental.
- Buscar interconexão da área do Parque com fragmentos de áreas arborizadas próximas por meio da arborização das vias públicas, objetivando a conectividade das espécies silvestres e o sombreamento das vias para os pedestres e ciclistas a fim de adaptar o ambiente urbano às Mudanças Climáticas.

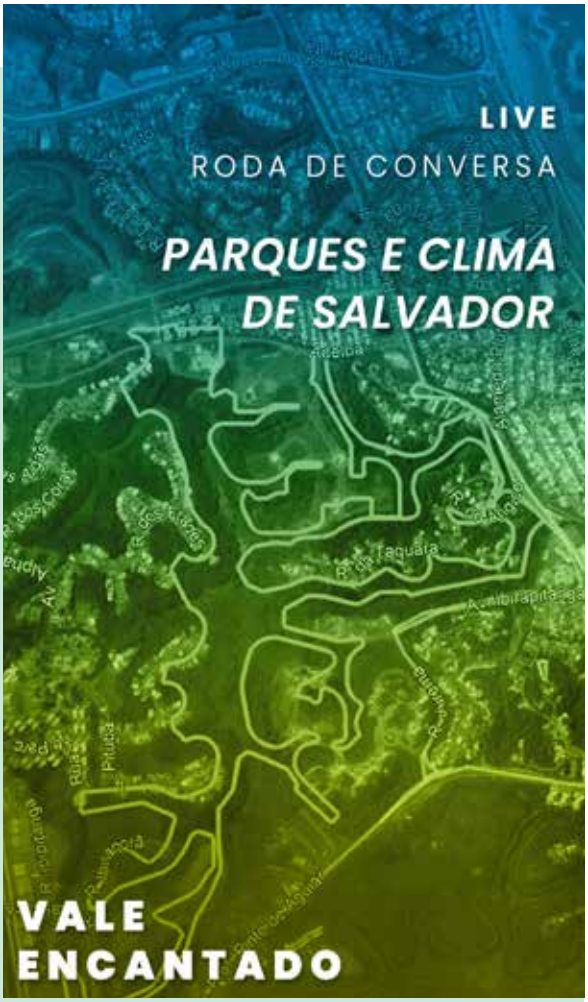
REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE VALE ENCANTADO

CONTEXTUALIZAÇÃO/ATUAÇÃO

Os integrantes do coletivo SOS Vale Encantado e da ONG Imaterra acompanham o processo de elaboração do PMAMC desde 15 de janeiro, data do lançamento oficial organizado pela Prefeitura. O Imaterra publicou o “Doc1, Relato” sobre este evento de um dia inteiro, uma boa leitura para as pessoas que querem ter um panorama desta pauta. As duas organizações parceiras integram o Fórum Clima Salvador e a Convergência pelo Clima, um espaço da sociedade civil dedicado a discutir o Aquecimento Global a partir da capital baiana.

Neste documento as duas organizações elencam medidas fundamentais, a partir da experiência deste território, para Salvador se preparar para as mudanças climáticas. De forma geral, entendemos que o Consórcio deve recomendar à Prefeitura Municipal ações de curto prazo para que o PMAMC ganhe desde já materialidade. Reunimos algumas propostas resultantes de uma roda de conversa preparatória do SOSVE e Imaterra para a reunião com o PMAMC em 1 de junho de 2020. Então, como este Plano pode beneficiar a causa do Vale Encantado e da Mata Atlântica de Salvador de modo que estas áreas preservadas possam ajudar a preparar a cidade para as mudanças climáticas?

PROPOSTAS



- Recomendação a imediata criação da unidade de conservação do Vale Encantado (com todas as áreas públicas contíguas) e extinguindo o projeto de implantação da Via Atlântica sobre o Vale e o Parque de Pituaçu.
- Recomendação de medidas de impacto como a criação imediata de lei que proteja integralmente toda a Mata Atlântica da cidade e indicando outras áreas naturais para restauração (considerando também os ecossistemas dunas, restinga, rios e lagoas, e fontes, além do mar, a exemplo do Parque Marinho da Barra). Esta é uma medida de viabilidade de curto prazo e que sinalizaria concretamente o compromisso do poder público local em preparar a cidade para a mitigação das mudanças climáticas.
- Orientação da implantação de corredores ecológicos conectando as áreas verdes da cidade, incluindo a arborização das vias públicas, espaços públicos abertos como praças e largos (onde notadamente existem parques infantis e equipamentos de atividade física), sombreando o mais continuamente possível os recintos abertos, de forma a adaptar a cidade às mudanças climáticas e mitigar o desconforto térmico.
- Revisão da abordagem do PMAMC, que destaca somente a espécie humana como relevante, para a relevância da biodiversidade local. Uma prioridade: a preservação das 4 (quatro) espécies ameaçadas de extinção no Vale Encantado (levantar também espécies ameaçadas de outras áreas), que como outros fragmentos deve ser reconhecido como berçário de espécies nativas de fauna e flora.
- Recomendação de normas de controle efetivas na Zona de Amortecimento do futuro Refúgio de Vida Silvestre do Vale Encantado (REVIS) e de outras áreas: a proliferação de edifícios nessa zona compromete a própria sobrevivência do Vale Encantado, aumenta alagamentos, agrava o efeito de borda, impacta negativamente no microclima e reduz o fluxo gênico de fauna e flora.
- Na hierarquia de planos (em curso), que o Plano da Mata Atlântica esteja acima do Plano de Mobilidade, este último devendo se adaptar às áreas naturais da cidade, e não o contrário.
- Criação de passagens aéreas e terrestres de fauna e implantação de arborização viária para reduzir o impacto de avenidas que fragmentaram as áreas verdes e desvio obrigatório de projetos de novas avenidas das áreas naturais.
- Sugestão de investimento público na preservação das áreas de Mata Atlântica (MA), assim como estímulos ao ecoturismo.
- Por serem altos os investimentos em infraestrutura convencional para adaptar cidades às mudanças do clima, deve-se aproveitar ao máximo a tecnologia da natureza (infraestrutura verde e de baixo impacto) para lidar com os riscos climáticos, de ondas de calor a deslizamentos, especialmente em países pobres e biodiversos.
- Investimento com prioridade na arborização de Salvador com metas ambiciosas e métricas objetivas para que a população saiba as espécies que ocorrem na cidade, quantitativo de espécimes suprimidos e replantados, realizando o seu levantamento georreferenciado e avaliando a sua saúde. Adaptar o modelo de Nova Iorque que engajou a população nestas ações.

- Recomendação de mecanismos mais objetivos para a gestão municipal apoiar a fiscalização de empreiteiras e das próprias secretarias. Exemplo: o próprio município degradou uma lagoa do Vale mesmo com alerta do impacto e denúncia do coletivo e a tentativa de diálogo com as instâncias municipais, entretanto percebe-se uma falta de consenso dentro da prefeitura sobre o meio ambiente. Este tema precisa ser prioritário, ou o cidadão acaba assumindo o papel fiscalizador de competência de órgãos ambientais. Todos os dias aparecem crises na cidade: Abaeté, árvores da Vitória, BRT, posto de combustível no canteiro central da Avenida Adhemar de Barros, Gamboa, Ladeira da Preguiça, só para citar algumas questões em pauta provocadas, também, pelo Governo do Estado.
- Incorporação de metas de curto prazo de zerar essas crises que sequer movimentam a economia, enquanto a economia deve fazer uma transição para um novo paradigma.
- Instalação na prefeitura de um departamento anti grilagem independente das secretarias de obras e com poder de intervenção e enfrentamento à empreiteiras que atuam de forma criminosa.
- Inclusão de manejo de plantio, replantio, podas e inclusão de mudas no projeto arquitetônico de qualquer obra de "qualificação". E criar um manual de boas práticas para as secretarias e os prestadores de serviço.
- Recomendação à Gestão Pública (municipal e estadual) o abandono de práticas superadas como a canalização dos rios, e defendendo que a melhor prática é a renaturalização dos mesmos, conforme literatura científica e a tendência seguida pelos países mais atentos às questões ambientais.
- Criação de maior articulação com os tomadores de decisão a fim de sensibilizá-los sobre a importância do tema ambiental e do aquecimento global. Que mecanismo de busca de compromisso o PMAMC prevê para os candidatos das eleições municipais 2020? Que tipo de compromisso está sendo pactuado com o setor imobiliário, um segmento com forte participação na emissão dos gases do efeito estufa e mudança da paisagem da cidade?
- Recomendação de eficiência a órgãos de fiscalização: falta capacitação, pronto atendimento, plantão em feriados, delegacia especializada, penalização para grandes empresários e órgão públicos infratores. Observa-se ainda co-dependência burocrática entre órgãos ambientais para tomada de medidas de repressão e penalização.
- Recomendação de valorização das ações do SOS Vale Encantado (SOSVE) e outros coletivos que sensibilizam crianças e jovens de escolas públicas e particulares, além de adultos, sobre as mudanças climáticas. O SOSVE tem um programa de educação ambiental com destaque para o Banho de Floresta, Trilhinha e Observação de Aves que atraem, inclusive, muitos estrangeiros, demonstrando o potencial ecoturístico da Mata Atlântica de Salvador. Birdwatching movimenta só nos EUA entre $70 e $100 bilhões/ano. Tirar a Mata Atlântica local da invisibilidade deve ser, também, um papel do poder público.
- Reconhecimento, também, destas áreas naturais, a exemplo do Vale Encantado, como laboratórios naturais a céu aberto. Esta área é hoje espaço de muitas pesquisas científicas.
- Sensibilização de população e gestores sobre a importância do verde (incentivo à cultura do 'DNA verde'), manutenção de florestas e outros ambientes naturais que, como afirma o cientista Carlos Nobre, permite economizar milhões em recursos públicos com serviços que a natureza oferece de graça: drenagem das chuvas que evitam alagamentos, redução do calor, prevenção a deslizamentos de terra, controle de poluição, melhoria da saúde e da qualidade de vida, controle de zoonoses etc.
- Desconstrução do incentivo retrógrado à destruição das áreas florestais em prol da implantação de obra viária e empreendimentos imobiliários para geração de emprego e renda, uma falsa dicotomia. O PMAMC deve avançar para além do lugar confortável de planejar o longo prazo, ainda que este seja um exercício essencial. A visão do Consórcio deve estar à altura da sigla ambiciosa escolhida e isso passa, necessariamente, por dar conta das questões presentes que fervilham nos territórios da cidade. As últimas notícias contidas no Monitoramento da Global Forest Watch mostra avanço da degradação e expansão das fronteiras do desmatamento na Amazônia (BBC News, 2 de junho de

2020). Regionalmente, a Bahia vem competindo há anos 8 com Minas Gerais o posto de liderança do desmatamento da Mata Atlântica e a degradação do Cerrado está em níveis gravíssimos.

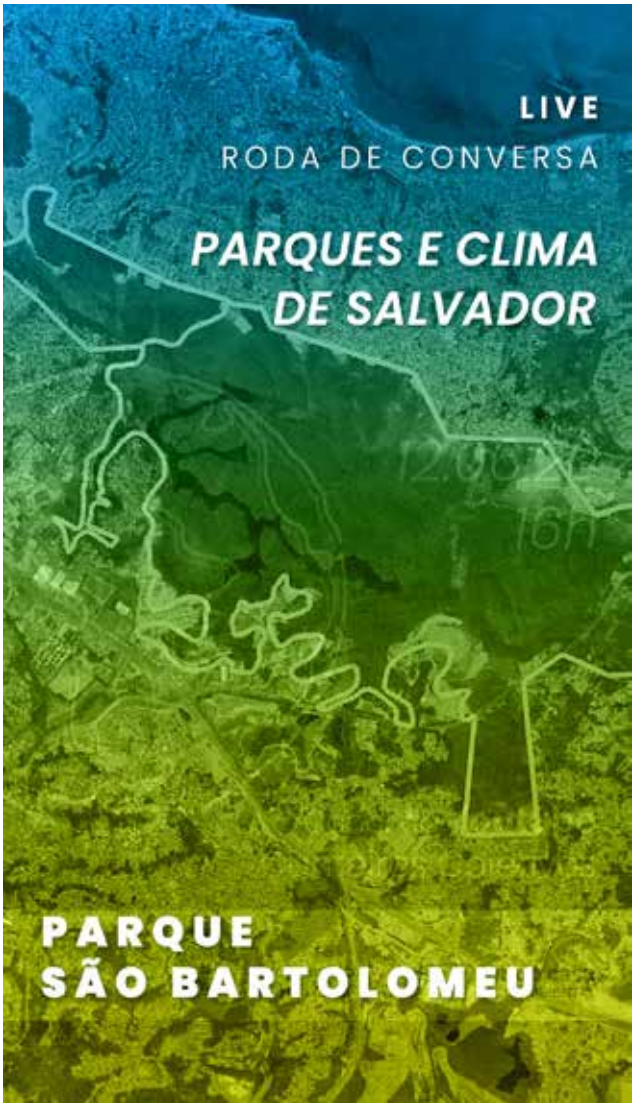
- Pode nascer das cidades o contraponto. Salvador é um polo regional de tomada de decisão e precisa assumir na prática, com ações, a liderança desta pauta estratégica a fim de influenciar a Bahia para um verdadeiro modelo de desenvolvimento dentro da lógica da transição ecológica.

PARQUES SÃO BARTOLOMEU, PIRAJÁ E LAGOA DA PAIXÃO E ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU

CONTEXTUALIZAÇÃO/ATUAÇÃO

A Área de Proteção Ambiental – APA da Bacia do Cobre/São Bartolomeu, criada em Salvador pelo Decreto Estadual no 7.970 de 5 de junho de 2001, vivencia na atualidade um quadro de dramático de degradação ambiental resultante de diversas ocupações irregulares (invasões), com supressão de vegetação nativa, queimadas, emissão de efluentes (esgotos) no rio, degradação de nascentes, comprometimento da Área de Preservação Permanente (APP) do lago da represa do Cobre e dos demais afluentes que compõem o seu sistema hidrográfico.

Trata-se de uma APA de importância singular por: conter na atualidade 653 ha de floresta ombrófila densa do Bioma Mata Atlântica, em estágio avançado e secundário de regeneração; abrigar a represa do Cobre, único rio que ainda não se encontra totalmente poluído no município, construída em 1932, que deve ser recuperada e voltar a fazer parte do sistema de abastecimento da metrópole; abrigar um sistema de cachoeiras com grande importância cultural, histórica e simbólica/religiosa; abrigar um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica inserido em espaço urbano no Brasil, com densidade de biodiversidade; guardar um importante valor ecológico, histórico e cultural, reconhecido internacionalmente pela UNESCO, ao ser indicado como área piloto para o projeto Homem da Biosfera – MAB, na década de 1970; prestar importantes serviços ecossistêmicos, refletidos no microclima agradável e ameno, na beleza cênica natural possível de ser percebida na paisagem com vegetação nativa, nos animais silvestres e no conjunto dos fatores naturais que reclamam por uma maior atenção do poder público competente e, por fim; por representar para centenas de pessoas uma fonte de sustento e integração com a natureza.



A convivência com a floresta e as suas águas constituem garantias para o sustento de centenas de famílias que sobrevivem da pesca, do extrativismo vegetal, da retirada de água para consumo, do plantio de pequenas hortas e criação de animais. Destacam-

se também os usos para lazer, explicitado nos banhos de cachoeiras, lagoas, lago da barragem e rios, práticas religiosas; atividades de pesquisa/extensão e atividades socioambientais, como a Trilha Ecológica APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

PROPOSTAS

- O Plano de Manejo é uma demanda amplamente pautada pela sociedade civil organizada e Conselho Gestor da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, que ganhou destaque dentro do atual governo, de forma que aparece como um compromisso do governador do Estado da Bahia, Rui Costa, no Programa de Governo (PGP/2018, p.52) que prevê "...elaboração do plano de manejo da Bacia do Cobre". É um compromisso que precisa ser cumprido, pois foi acolhido em respostas das constantes reivindicações feitas pela sociedade civil e membros do conselho gestor e referendada por Organizações Não Governamentais (ONG), Universidades e Pesquisadores. Vindo a refletir os anseios da sociedade atual no que diz respeito à conservação ambiental e à proteção dos mananciais e fontes, sobretudo quando evidências cuidam de explicitar que as águas da Bacia do Cobre são amplamente utilizadas para pesca, banho, lazer, captação para irrigação de pequenas hortas; dessedentação animal; uso doméstico (diante do quadro de suspensão constante do abastecimento público de água nos bairros inseridos na APA); usos religiosos etc.
- De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o Plano de Manejo é o *"documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade"* (artigo 2°, inciso XVII - SNUC - LEI 9.985/2000).
- Cabe dizer que o Plano de Manejo é o documento fundamental para que consigamos garantir o que está previsto no Artigo 1o, do Decreto no 7.970 de criação da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu:

  > Fica criada a Área de Proteção Ambiental - APA Bacia do Cobre / São Bartolomeu nos Municípios de Salvador e Simões Filho, delimitada conforme memorial descritivo, constante do Anexo Único deste Decreto, visando: I - assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre, parte integrante do sistema de abastecimento humano de Salvador, dentro de limites compatíveis principalmente com o uso doméstico; II - disciplinar o uso e a ocupação do solo na área; III - tornar-se uma zona de proteção da Represa do Cobre; IV - preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares no entorno do espelho d'água. Adicionalmente ao Plano de Manejo, temos emergencialmente que providenciar:
  >
  > *NOTA - Vide tese de doutorado intitulada "O Fenômeno as águas doces na Região Metropolitana de Salvador, usos, alterações e abandono", de autoria de Débora Carol Luz da Porciuncula, (PPGPTDS/UCSAL).*

- Instituição do Parque Estadual Lagoa da Paixão, que já aparece como criado em documento público municipal: http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/PDDU_MAPA_07_SAVAM.pdf
- Cercamento e Redefinição da Poligonal do Parque Pirajá (Florestal da Represa do Cobre) e; contenção e remoção de invasões dentro do Parque São Bartolomeu, na borda leste, entre os bairros de Mirantes de Periperi e Rio Sena. É válido salientar que ambos os parques além de toda importância já reconhecida associada ao bioma Mata Atlântica, são áreas de importância cultural e histórica também, constituídos como Área de Proteção Cultural e Paisagística (APCP). As APCP "são áreas destinadas à conservação dos elementos significativos do ponto de vista cultural, associados à memória, à pluralidade e diversidade de manifestações e formas de expressão das identidades da sociedade local e para a paisagem ambiental urbana." (PDDU, 2016).
- Observação do processo de ampliação da BA 528, já previsto no PDDU de 2016, bem como a construção da Nova Rodoviária: verificar o processo de invasão do condomínio "Canto do Rio" – KM 9, em Pirajá; de forma preventiva orientar a SEDUR que é responsável pela implantação dos conjuntos Paraguari I e II para construção do muro que separa a reserva florestal da represa do Cobre – Parque Pirajá – dos conjuntos habitacionais; investigar a "grilagem" de terra pública para loteamento na Área de Preservação Permanente – APP – do lago da barragem da represa do Cobre.

- Construção de um Termo de Ajuste de Conduta entre EMBASA, INEMA, sociedade civil organizada e o Ministério Público com vistas à contenção da degradação socioambiental da APA: A Embasa "delega" ao INEMA a função de proteger o manancial, segundo representantes da empresa quando questionados sobre a leniência frente aos diversos processos de degradação ambiental que ocorrem em toda a área no entorno da Represa do Rio do Cobre e Parque Pirajá (Reserva Florestal da Represa do Cobre). Destacamos os seguintes impactos: invasões na Área de Preservação Permanente do Lago da Represa do Cobre; deposição de resíduos sólidos removidos da obra estadual no Dique do Cabrito, a montante da barragem; lançamento de efluentes industriais e domésticos que extravasam de caixas de esgoto entupidas; o uso irregular da água do lençol freático, sem outorga, pelas que operam dentro da APA, e no seu entorno, e a ausência de ligação de unidades residenciais à rede de esgotamento sanitário. Diante destes processos a Embasa delega responsabilidade ao INEMA e, neste impasse, ficamos todos assistindo o avanço da degradação socioambiental.
- O Termo de Ajuste de Conduta deve ter como princípio as garantias constitucionais que prevêem o meio ambiente ecologicamente equilibrado para todos (CF/1988. Art. 225), bem como o reconhecimento da Água como Direito Humano Fundamental (ONU), além dos demais dispositivos legais que visam promover a conservação ambiental, conforme previsto no SNUC, na Política Nacional de Meio Ambiente, Política Nacional de Saneamento e na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

PARQUE THEODORO SAMPAIO

CONTEXTUALIZAÇÃO/ATUAÇÃO

A síntese apresentada a seguir toma como base o trabalho coletivo desenvolvido no âmbito do LabHabitar/PPGAU-FAUFBA, em parceira com a Associação das Comunidades Paroquiais de Mata Escura e Calabetão - ACOPAMEC, desde 2004.

A área verde destinada ao Parque Theodoro Sampaio é localizada no bairro da Mata Escura e circundada pelos bairros do Arraial do Retiro, Barreiras, Jardim Santo Inácio e Calabetão. Tem uma área de aproximadamente 85 ha, sendo 43 ha área remanescente de Mata Atlântica, abrigando as represas do Prata e da Mata Escura. É uma área classificada como futuro Parque Urbano pelo PDDU de 2016, sendo anteriormente classificada como Área de Proteção de Recursos Naturais - APNR e como Área de Proteção Cultural e Paisagística – APCP pelo PDDU de 2008. No entanto, o parque ainda se encontra sem efetiva implementação. Os 85 ha, em termos de propriedade fundiária, são divididos entre a UNIÃO, o Terreiro Bate Folha e a Prefeitura de Salvador, abrigando galpões do Ministério da Agricultura, um Centro de Triagem de Animais Silvestres do IBAMA, a sede do Terreiro Bate Folha, e também muitas moradias, em situação de vulnerabilidade, com intensa liberação de dejetos e esgotos na área verde, além do abandono do antigo horto pela PMS e dos seus corpos hídricos poluídos, também em situação de abandono.

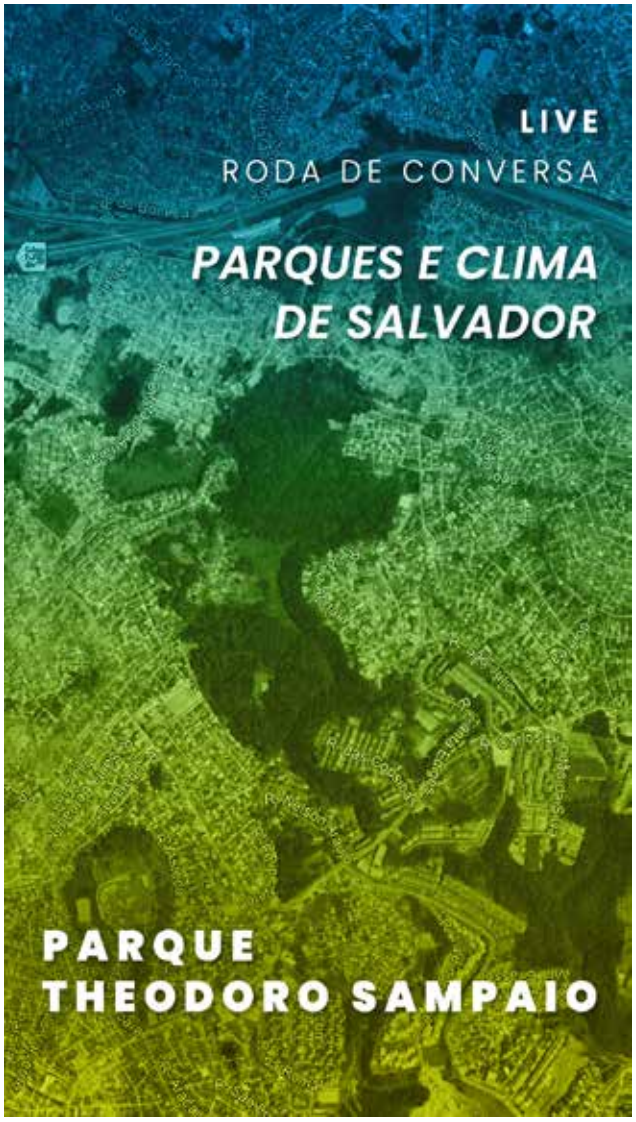
Diante do acúmulo de pesquisas para esta área, e na perspectiva da construção de um Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas para Salvador, ora em elaboração, algumas problemáticas específicas se destacam em referência ao Parque Theodoro Sampaio, elencadas a seguir:

1. A atual situação de esgotos à céu aberto e mal conduzidos, têm sido direcionados às duas represas desde os anos 2000, quando foram desativadas por motivos ligados à poluição e, consequentemente, baixa vazão. Os efluentes contaminados são destinados às represas, dentre eles, pontos de tubulações de esgotamento sanitário não tratados de casas e condomínios dos bairros vizinhos.
2. Pela mesma razão, em períodos chuvosos, os corpos hídricos existentes se tornam mais poluídos

e contaminados, já que as águas represadas se misturam com resíduos de esgotos, agravando os problemas de saúde coletiva (morbidade e mortalidade), relacionados a doenças propagadas pela água e vetores, como insetos e roedores.

3. A demanda para despoluição e disponibilidade de água doce geram efeitos positivos na saúde, recreação, biodiversidade e potencializa seu uso diante das previsões de secas por conta da crise climática. Assim como, geram impactos regenerativos sobre os ecossistemas e biodiversidade urbanos, afetando os serviços que estes poderiam oferecer como oportunidades na implantação do Parque.

4. Existe uma tensão na relação tênue entre a urbanização e preservação. Como preservar uma área verde que progressivamente vai sendo ocupada? Essa lógica aumenta a produção de resíduos que se destinam a área prevista para implantação do Parque e também a seu desmatamento. Nos processos de ocupação e construção aleatórias, são utilizados recursos retirados da mata existente, o que agrava a degradação dessa área verde. Questiona-se, como o PMAMC irá contemplar a participação da comunidade do entorno? Ressalta-se que a capacitação cidadã para viabilizar um plano participativo seja fundamental para garantir a preservação dessa área verde.



5. Foram observadas inconsistências e fragilidades relacionadas à propriedade fundiária, que interferem na definição precisa da poligonal para a área do Parque, demonstrando ambiguidades na distribuição das competências de gestão do poder público, seja ele na esfera municipal, estadual e federal. Como exemplo, trazemos a situação da área onde está localizado o antigo Horto Municipal de Salvador que, desde os anos 2000, encontra-se frente a um impasse jurídico, com a solicitação da PMS para que a área seja devolvida à União, pela impossibilidade de ativamento e utilização da área.

PROPOSTAS

- Soluções ligadas à infraestrutura de saneamento básico do entorno e condução de esgotos, para consequente preservação dos corpos hídricos e diminuição da poluição nas represas do Prata e da Mata Escura, ressaltando que secas hídricas estão previstas nos cenários trazidos pelas mudanças climáticas.
- Limpeza dos corpos hídricos que se formaram no entorno das represas do Prata e da Mata Escura, diminuindo problemáticas e doenças causadas pelo acúmulo de resíduos sólidos e de água contaminada.
- Criação de políticas públicas de incentivo a destinação correta de resíduos, reinserindo-os em cadeias produtivas locais, por meio da economia criativa e reaproveitamento de resíduos.
- Cercamento do Parque para permitir melhor definição da sua poligonal de abrangência, como forma de preservar seus limites, diante da construção de uma nova via que ligará a Rua Direta da Mata Escura à BR-342, prevista para ser construída nas bordas do futuro Parque, o que pode estimular novas ocupações nesta região.

- Definição dos limites do Parque poderá trazer melhores informações sobre a supressão da área verde, assim como, facilitará na compreensão dos processos de ocupação do solo, entre outros dados que precisam ser mensurados urgentemente.
- Estudos e desenvolvimento de um Plano de Manejo para a área do Parque.

REFERÊNCIAS RELACIONADAS:

ARAÚJO, Débora Marques. Proposta de Gestão Compartilhada para Implantação do Parque Theodoro Sampaio no "miolo" de Salvador, Bahia. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016.

ARAÚJO D. M. S., GORDILHO-SOUZA A., CARVALHO M.L. Parque Theodoro Sampaio: Projeto Participativo Na Construção De Novas Centralidades Urbanas Em Bairros Periféricos De Salvador, Bahia. Urbicentros V. Salvador, 2016

COSTA, João Evangelista da. Caminhos e Trilhas Para Implantação do Parque Theodoro Sampaio: Transição viária urbana ao Parque e Entorno pela BR 324. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2018

DA ROCHA, Elisete Cristina Vidotti. Caracterização ambiental e análise das Unidades de Paisagem para a implantação do Parque Theodoro Sampaio. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016

GÓES, Celivan Ramos. Estudo preliminar para subsídio do Plano de Manejo do Parque Theodoro Sampaio. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2018

GORDILHO-SOUZA, Angela; SILVA, Adriana Caúla e; ROLIM, Pedro. Mata Escura - Plano de intervenção - Publicação Didática. 1. ed. Salvador: LabHabitar/FAUFBA, 2005.

GORDILHO-SOUZA, Angela; GOMES, Josélia Duarte (coords.) Ações Participativas para Implementação do Parque Theodoro Sampaio: Acessibilidades e Marcos Visuais. Chamada Publica Simplificada de Projetos. Ministério Público do Estado da Bahia, Promotoria de Justiça, Habitação e Urbanismo, ACOPAMEC/ LabHabitar-FAUFBA. Relatório Final. Salvador, 2019.

GORDILHO-SOUZA, Angela; QUEIROZ, Carolina. Parques Urbanos Periféricos: Tensões entre apropriação e preservação. XII SIIU – Seminário Internacional de Investigação sobre Urbanismo, São Paulo – Lisboa, 2020 (no prelo)

LEITE, Gisele Paiva Leite. Marcos e Portais como instrumentos de preservação para implantação do Parque Theodoro Sampaio. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016

NETO, José Meira e Silva. Microacessibilidade na integração aos caminhos do futuro Parque Theodoro Sampaio, Salvador-BA. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2018

RIBEIRO, Alice Alves. Sede Administrativa e Memorial Theodoro Sampaio - caminhos, trilhas e equipamento público como instrumento de implementação do Parque Urbano. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016

SILVA, Patrícia Duarte. Nova Esperança: Proposta de Centro Integrado de Cultura e Lazer para a Implantação do Parque Theodoro Sampaio. Trabalho final do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - PPGAU. Salvador, 2016

ENCONTRO 3

PARQUES EM CONEXÃO
Uma Proposta de Integração das Áreas Verdes de Salvador (Conclusão)

ENCONTRO 3
PARQUES EM CONEXÃO

DATA: 08/07/2020 *- LIVE transmitida no canal do youtube Canteiros Coletivos Movimento*

ASSISTA: *https://youtu.be/9h9V6qOqNiY*

MEDIAÇÃO: ***Débora Didonê,*** *Canteiros Coletivos*

PARTICIPAÇÃO:

Samile Leal*, uma das idealizadoras do projeto Parques em Conexão*

Tatiana Bichara*, bióloga, integrante do SOS Vale Encantado e diretora do Imaterra*

COLABORAÇÃO:

SOS Vale Encantado, Imaterra, Projeto Parques em Conexão

SISTEMATIZAÇÃO:

Projeto Emergência Climática em Salvador

A proposta dos Parques em Conexão é de se criar *uma sinergia entre pessoas e coletivos e áreas verdes de fruição e lazer de Salvador, tornando a existência desses espaços definitivamente presentes no imaginário soteropolitano através de uma gestão participativa, permanente e interativa de seus territórios. A ideia surgiu após uma audiência pública realizada no início de 2019 sobre as perdas territoriais do Parque Metropolitano de Pituaçú. Essa proposta, junto de 22 outros projetos ambientais, se tornou possível porque o Ministério Público da Bahia (MP-BA), de forma inédita, lançou um edital de concorrência pública de aplicação dos recursos financeiros oriundos de multas. Criou-se, então, uma campanha de comunicação para dar visibilidade aos grandes parques da cidade, às ameaças ambientais, aos modos de uso, às questões legais, e às formas ideais de ocupação de cada um deles, respeitando suas necessidades e particularidades..*

O Parques em Conexão encaminhou então, de junho de 2019 a maio de 2020*, uma rede de esforços na direção de informar, educar, promover cultura e dar visibilidade em torno de cinco parques, levando em consideração toda a sua biodiversidade de fauna e flora, que precisa ser considerada e respeitada como essencial para o equilíbrio de Salvador e Região Metropolitana, e também como parte do direito humano de convivência com o planeta Terra. Inicialmente, foi realizada uma aproximação entre coletivos e frequentadores dos parques do Abaeté, de Pituaçu e de São Bartolomeu/ Pirajá, e em seguida, dos parques em formação Pedra de Xangô e Theodoro Sampaio ambos previstos em lei, mas ainda não estruturados pelo poder público.*

***A proposta inclui dois eixos principais: a educomunicação e a mobilização para a ocupação saudável dos territórios**, uma conexão planejada entre eles e o fortalecimento da identidade cultural sustentada em cada território. O projeto obteve resultados importantes na direção da promoção de uma cultura de reconhecimento desses espaços como fonte de saber, contato com a natureza, bem estar e luta pelo empoderamento social devido a soma de informação de qualidade oportunizada via redes sociais e atividades de trilha realizadas.*

***O esforço feito para sensibilizar jovens estudantes, comunidades escolares e locais** mostra que há um grande desafio no processo de cooperação educacional entre estruturas formais e não formais de modo a criar uma comunidade de aprendizagem em um nível mais amplo e integrado. Sendo assim se faz importante valorizar o investimento inicial desse projeto para construir parcerias entre a sociedade civil, poder público e iniciativa privada na busca da contribuição com a valorização das pessoas, das estruturas e de seu patrimônio natural.*

***Nesse sentido, ampliando a proposta original** do Parques em Conexão para os sete parques descritos neste documento, sugerimos que, além das demandas já detalhadas no corpo de texto de cada parque, o PMAMC inclua ainda as seguintes linhas de ação:*

***Fortalecimento da comunicação e informação sobre as áreas verdes de Salvador e Região Metropolitana** para a sociedade, de forma que se engaje e faça o uso adequado dessas áreas, diferenciando conceitos das diferentes tipologias de Unidades de Conservação: as de Proteção Integral, como os Parques, Reservas Ecológicas e Refúgio de Vida Silvestres - Revis, espaços estes mais restritivos no seu uso; e as de Uso Sustentável, como as Áreas de Proteção Ambiental - APAs, Reservas Extrativistas - Resex, onde podem ocorrer modificações, mas de acordo com seus planos de manejo. O PDDU ainda estabelece os Parques Urbanos que são espaços de lazer com áreas verdes, por exemplo*

***Reconhecimento e preservação da cultura local do território de cada parque**.*

Zoneamento e formalização de todos os parques da cidade de Salvador.

***Reconhecimento das ações de grupos**, movimentos e coletivos que criam e coordenam atividades para o uso adequado e a preservação dos parques.*

***Reconhecimento da fauna e da flora locais** como necessários para a saúde pública da população da cidade, propondo campanhas constantes de comunicação sobre as formas adequadas de uso e ocupação dos parques.*

***Inclusão dos parques de Salvador na agenda de lazer e fruição** da população da cidade de Salvador, propondo sua visitação e criando conexão entre suas áreas para que as visitações se ampliem a todos os territórios.*

***Com a dramática situação de fragmentação e redução de áreas verdes** de Salvador, e a existência de "últimas áreas de florestas", há necessidade de se propor estratégias de conexão física dessas áreas, a exemplo de corredores verdes. Há cidades no mundo avançando em direção ao conceito de Florestas Urbanas, a exemplo de San Jose, capital da Costa Rica.*

Identificação de áreas-chave para a criação de corredores ecológicos *e macro corredores, que permitam a conexão física dos parques, - dentro de uma proposta de planejamento de paisagem, seja através de arborização urbana de vias, recuperação de parques, praças e jardins, incentivo à implantação de hortas ou até da criação de tetos e fachadas verdes em casas e edifícios -, tudo isso para melhorar a questão do microclima da cidade e potencializar todos os "serviços ecossistêmicos" que esse verde pode trazer para a cidade em termos de adaptação e mitigação da crise climática.*

É imprescindível a integração das ações municipais com as estaduais*, e entre seus próprios órgãos e setores, para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas de Salvador.*

Revisão do PDDU e da LOUOS *para que se integrem aos outros planos da cidade, na perspectiva de se alcançar melhor qualidade de vida no meio ambiente urbano, bem como a inserção no Código de Obras da captação de água de chuva pelas novas edificações, como uma forma de atuar contra a seca hídrica pelas mudanças climáticas.*

Conservação dos corredores verdes existentes na cidade*, impedindo retiradas como as que têm sido feitas na atual e contestada obra do BRT, entre outros projetos urbanísticos nos quais se pensam em aberturas de avenidas dentro de parques.*

Desmatamento Zero.

Autorizar apenas Interferências que visem ampliação da poligonal *dos parques, APAs, UCs em geral, e nunca a diminuição.*

Recuperação de encostas e áreas de nascentes e fontes *existentes degradadas.*

Criação de um grande corredor verde *- Corredor de Todos os Santos -, que englobe todos os parques, e de mini corredores verdes para conectar parques que estejam próximos um do outro, a exemplo de um mini corredor que pode conectar o Vale Encantado e remanescentes localizados no lado esquerdo da Avenida Paralela.*

Passagens aéreas e subterrâneas de fauna.

Criar unidades de conservação nos espaços verdes da cidade *e integrar a população a essas áreas de maneira informativa e equilibrada.*

Conectar escolas públicas aos parques e áreas verdes *através de atividades de Educação Ambiental.*

Incentivo orientado à arborização cidadã dos parques*, e de praças e calçadas públicas próximas aos parques como forma de ampliar a cobertura verde, criar refúgio para a fauna e contribuir para o equilíbrio do microclima dos bairros de Salvador.*

Em termos gerais, além de garantir que os fragmentos de Mata Atlântica, o bioma original de nosso território*, permaneçam e continuem proporcionando seus "serviços" ecossistêmicos à região, a conexão física, cultural e simbólica de todos os parques da cidade é um caminho possível e necessário para a mitigação da crise climática, e para o acesso e a interação de diferentes classes sociais a áreas verdes urbanas, garantindo de forma mais íntegra o direito à cidade.*

ENCONTRO 4
MOBILIDADE E CLIMA EM SALVADOR

ENCONTRO 4
MOBILIDADE E CLIMA EM SALVADOR

DATA 03/08/2020 - LIVE: *transmitida no canal do youtube Canteiros Coletivos Movimento*

ASSISTA: *https://youtu.be/0SkLCAnGrVU*

MEDIAÇÃO: ***Erica Telles****, membro do Mobicidade Salvador e da União de Ciclistas do Brasil*

PARTICIPAÇÃO:
Alex Santos Souza*, membro da Rede Cidade Popular e Projeto Acessibilidade Melhor Para Todos*

Daniel Caribé*, doutor em Arquitetura e Urbanismo e pesquisador do transporte coletivo*

Gilson Oliveira*, membro da* ***Associação Nacional Movimento*** *Trem de Ferro e do Projeto Ver de Trem*

Jamile Santana Conceição*, membro do Projeto Afrociclo*

COLABORAÇÃO:
Grupo Socioambientalista Gérmen
Mobicidade Salvador
Projeto Acessibilidade Melhor para Todos
Projeto AfroCiclo
Projeto Ver de Trem
Rede Cidade Popular
Convergência pelo Clima

SISTEMATIZAÇÃO:
Projeto Emergência Climática em Salvador

INTRODUÇÃO

Na perspectiva de se considerar o lugar de fala de pessoas originárias de diferentes classes sociais e espaços geográficos da cidade de Salvador, especialmente os periféricos, foi realizada em 3 de agosto de 2020 a Live Roda de Conversa Mobilidade e Clima em Salvador, com participação de representatividades de movimentos, projetos e coletivos cujo principal objetivo é garantir à população soteropolitana o direito a uma cidade acessível e que abarque diferentes modais - a pé, bicicleta, transporte coletivo. O encontro foi realizado também para ampliar o olhar da gestão pública à necessidade de se contemplar os aspectos estruturais, sociais e econômicos da mobilidade urbana da cidade de Salvador no que tange os elementos cruciais para a elaboração do Plano de Adaptação e Mitigação da Crise Climática em Salvador (PMAMC), em curso.

Acima de tudo, nós todos, cidadãos e cidadãs e gestores, somos pedestres. Esse deve ser o ponto inicial para a elaboração de qualquer plano, seja de Mudanças Climáticas, de Mobilidade ou Diretor. E também, para se ter uma cidade realmente voltada à adaptação e mitigação da grave crise climática vigente, Salvador demanda foco no tema transporte coletivo, que deveria ser acessado por toda a população - especialmente a periférica - em toda a cidade, com baixo ou zero custo, em horários e roteiros diversos e acessíveis, permitindo que a cidade se configure como um espaço coletivo e democrático.

A política tarifária e a desigualdade econômica estão diretamente relacionados à dificuldade de grande parte da população de se deslocar pela própria cidade. As desigualdades, da econômica à de gênero, estão escancaradas nos privilégios dados ao uso de carros na capital baiana. Em grande parte, veículos automotivos são utilizados como transportes individuais, ocupam e demandam vias urbanas

para o deslocamento de poucas pessoas, e estão entre os itens mais poluentes da atualidade. Ou seja, falar de mobilidade urbana é também falar de justiça ambiental.

Salvador acolhe mais de 2 milhões de viagens diárias de coletivos urbanos e 1,5 milhão de viagens diárias a pé ou de bicicleta, que equivalem a mais da metade das 4,6 milhões de viagens nos diversos modais, segundo dados da Secretaria de Infraestrutura e Transporte da Bahia (Seinfra, 2012). Desse total, menos de 1,6 milhão de viagens em coletivos é realizada pelas classes C e D, também responsáveis pela marca de 1,2 milhão de viagens ativas. No que tange o gênero, a mulher é quem mais realiza viagens não motorizadas pela cidade. Junto disso, está o dado do IBGE, de 2009, de que gastos com transporte superam os de alimentação no orçamento familiar.

Esse breve contexto quantitativo demonstra o quanto a necessidade de se pensar meios eficientes, não poluentes, inclusivos, seguros e economicamente acessíveis são premissas essenciais para a elaboração de um Plano de Mitigação e Adaptação de Mudanças Climáticas de Salvador. A seguir, estão descritos em tópicos alguns dos temas que tangem necessidades de soluções a se pensar nos planos da cidade, assim como soluções já sinalizadas pela sociedade civil, representada por estudiosos e ativistas da mobilidade em seus mais variados aspectos.

1. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

A acessibilidade conta com um tripé importante: autonomia, segurança e um espaço universal, em que todas e todos estejam contempladas e contemplados. Lugares e estruturas urbanas inacessíveis, a exemplo de escadarias e até mesmo de passeios da cidade de Salvador, precisam ser mapeados e repensados, para que também o conceito de inclusão seja uma premissa em planos e projetos futuros.

O termo acessibilidade, bastante direcionado a pessoas com deficiência - sejam surdas, cegas, com deficiência física, mental ou múltipla -, necessita ainda de um recorte social quando se fala em mobilidade urbana. Segundo pesquisas da Secretaria de Mobilidade de Salvador (Semob), 35% da população soteropolitana se move a pé por não ter condições de pagar o transporte público. Essa população, majoritariamente feminina, está sujeita ainda a estruturas inadequadas para o trânsito a pé ou de bicicleta, a espaços com fraca iluminação, a vias com trânsito intenso e sem segurança para travessias de pistas. A Lei de Acessibilidade existe em Salvador, mas não é colocada em prática. O desejo, através dessa política pública, é de provocar também o reconhecimento dessa lei no PMAMC.

PROPOSTAS

- Mais acesso ao transporte público, especialmente para moradores(as) de bairros e comunidades periféricos.
- Canais de comunicação em que pessoas com deficiência possam mapear necessidades específicas de deslocamento.
- Mais parcerias e apoio de instituições públicas e privadas locais para projetos de mobilidade.
- Oferta de tecnologias inclusivas vinculadas a transportes públicos de qualidade.
- Criar uma rede de monitoramento constante de escadarias e ladeiras vislumbrando a melhor acessibilidade e mobilidade de seus frequentadores.
- Sinalização acessível de locais públicos.
- Fiscalização das condições de acessibilidade de calçadas e vias particulares.
- Inclusão do conceito de transporte público inclusivo universal, em que todos e todas - negros, periféricos, mulheres, idosos, crianças - são vistos e incluídos a partir das suas necessidades.
- Planejamento urbano de qualificado com prioridade para o pedestre.
- Adaptação e criação de infraestruturas inclusivas, a exemplo de ciclovias e ciclofaixas acessíveis, rampas, elevadores, iluminação, conforto térmico, passeios acessíveis.

2. TRANSPORTE COLETIVO

Salvador passa por um intenso processo de transformação da mobilidade urbana desde a implantação do metrô, em 2012, cuja obra - questionada por seu custo exacerbado - passou por mais de 10 anos sendo realizada, gerando polêmicas, e mudando drasticamente a paisagem urbana de Salvador. Atualmente, o monotrilho está para ser implantado no Subúrbio Ferroviário de Salvador, substituindo o plano do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) que aproveitaria a ferrovia já existente, o BRT está sendo implantado pela prefeitura, promovendo o tamponamento de um dos poucos rios restantes da cidade e a retirada de um corredor ecológico importante para dar lugar a estruturas de viadutos, e tem-se o plano da construção da ponte Salvador-Itaparica, pelo Estado de Bahia, uma obra de grave impacto ambiental, desde sua intervenção na vida marinha, até o impacto econômico e social já previsto para a Ilha de Itaparica por conta da megaobra em si, e de seus desdobramentos.

No que tange o transporte coletivo, hoje se identifica na capital baiana uma severa crise de mobilidade por conta da persistência no uso de um modelo que acaba sendo subsidiado pelas populações menos favorecidas através do custo alto das passagens, e que ironicamente tem cada vez mais dificuldades de acessar esse meio de transporte - o que se agrava com a pandemia.

Há uma incompreensão na cidade de Salvador do caráter social do transporte coletivo e da capacidade que ele pode ter para impactar positivamente na mitigação de desigualdades sociais - e também da crise climática. O atual desenho do transporte coletivo local sugere uma política de apartheid, separando populações pobres e negras periféricas de populações de classe média e alta de áreas centrais. A transição de um espaço a outro, dos bairros periféricos ao mundo do trabalho, ou é de difícil acesso, ou de nenhum acesso, seja por falta de disponibilidade de meios de transporte ou por custos inacessíveis.

Outro ponto importante, é que raramente se faz um debate colocando-se lado a lado a Lei de Ocupação e Uso do Solo (LOUOS) e a Mobilidade Urbana. Esse é um exercício necessário, especialmente quando se pensa em crise climática. A proposta de um monotrilho no Subúrbio, por exemplo, além de ser uma intervenção problemática em diversos aspectos - poluição ambiental e visual, baixa qualidade de vida, descaracterização da paisagem, descarte periódico e excessivo de resíduos, custo elevado para implantação, uso e manutenção -, não dá luz nem ao menos aos impactos que serão trazidos no entorno das estações, às famílias com risco de ser retirada de suas casas, à necessidade de oferta de serviços que amparem a população da região para que não estejam à mercê da necessidade de se deslocar para as áreas mais centrais. Além disso, fica a pergunta: Pessoas que hoje pagam R$ 0,50 no trem terão como pagar mais de R$ 4,20 no monotrilho?

PROPOSTAS

- Melhoria na qualidade do transporte público como forma de desestimular o uso do transporte individual motorizado: política tarifária zero, municipalização ou estatização do serviço, renovação e ampliação da frota.
- Avaliar como se compõem os territórios afetados por obras de transporte público de grande impacto, e quais as melhores soluções por território.
- Inclusão de mobilidade vertical e/ou marítima, intervenções de baixo impacto e dialogam com a geografia e a composição da cidade de Salvador.
- Soluções criativas que combatam radicalmente a segregação social e racial existente na cidade de Salvador.
- Oferta de serviços existentes em regiões centrais também nos bairros descentralizados.
- Pensar na mobilidade urbana conectada a outros setores, como Educação e Seguridade Social (gratuidade de transporte público para estudantes e idosos), viabilizando-se subsídios de forma cruzada.
- Ao desestimular o uso de carros com boa oferta de transporte público, o tráfego diminui e impacta menos na saúde pública (menos acidentes) e no clima da cidade (menos liberação de CO_2).

- Estimular grandes instituições (como shoppings), responsáveis por milhares de viagens diárias, a pagar imposto ou taxa em benefício do transporte público, assim como moradores de bairros mais estruturados.
- Compreender, em projetos e iniciativas da gestão municipal, a mobilidade urbana como um direito social - conforme garantido pela legislação -, e não como um mercado.
- Reconhecer a imobilidade social de mulheres, população negra, pessoas com deficiência, para que se planejem formas adequadas e acessíveis de se proporcionar seu deslocamento.
- Permitir que jovens estudantes tenham acesso ao transporte público de qualidade de forma que possam conhecer a cidade onde vivem e seus diferentes equipamentos de cultura e lazer - os quais todos e todas têm o direito de usufruir como cidadãos e cidadãs.
- Banir projetos como o BRT de Salvador, cuja intenção clara é de viabilizar a circulação de veículos particulares, e não públicos. A obra, em andamento, prevê seis faixas de viadutos (enquanto no restante do mundo estão sendo derrubados), com uma pista de cada lado destinado ao BRT, que até agora não conta com nenhuma concessionária interessada em ofertar serviços para a estrutura por não haver demanda garantida.
- Criar vias exclusivas para ônibus urbanos em pistas já existentes.
- A mobilidade precisa ser pensada de acordo com a escala, a realidade, os problemas específicos de Salvador.

3. TREM DE FERRO (Sistema Elétrico Ferroviário de Salvador-BA)

O território do Subúrbio Ferroviário, com 33% da população (IBGE) de Salvador e mais de 19 bairros, é um pólo gerador de viagens bastante desprovido do acesso ao transporte público, mas que ainda dispõe do trem como veículo economicamente acessível. Este é considerado um dos transportes terrestres mais seguros, menos poluentes e mais rápidos do mundo, além de poder ser movido por fontes de energia renovável, e de assegurar tarifas mais acessíveis que outros modais de passageiros. O transporte ferroviário contribui ainda para a mitigação da crise climática, já que diminui a emissão de CO2 fortemente liberado por milhares de veículos automotores.

Quando o Estado da Bahia assume o sistema de transporte ferroviário de Salvador, em 2014, atende à proposta do Plano de Desenvolvimento Urbano da cidade (PDDU) prevendo a inclusão do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) e preservando a via férrea, assim como a manutenção e operação dos trens existentes até que fossem modernizados. Hoje, a proposta da substituição do VLT por monotrilho, sem discussão plena com as comunidades do Subúrbio Ferroviário, é fortemente questionada por entidades como CREA, Escola Politécnica da UFBA, IAB, CAU, TCE o Ministério Público e a Defensoria Pública por conta do impacto negativo que pode provocar na qualidade de vida da região.

O monotrilho obriga a retirada da ferrovia e se utiliza de pneus que geram poluição e são descartados a cada 60/80 mil km rodados, gerando impacto climático. As rodas de aço dos veículos ferroviários (VLT, trem, metrô), em contrapartida, duram 100 vezes mais. Outro ponto do monotrilho é o impacto visual. Ele se movimenta sobre vigas de concreto de cerca de 5 a 12 metros de altura, uma grande estrutura que inclusive vai estar próxima de moradias da região e à beira mar. Sua obra é 80% mais custosa do que a modernização do trem. No Brasil, oito projetos de monotrilho nunca saíram do papel. Na América do Sul, funciona um monotrilho apenas na cidade de São Paulo, com início em 2012, que hoje tem um histórico de graves acidentes, interrupções, embargos judiciais e gastos, tendo recentemente o contrato de ampliação extinto pelo governo estadual.

O trem de ferro de Salvador é um equipamento estruturante, robusto, de alto custo mas de vida útil mais longa, reformado entre os anos de 2005 a 2015 com recursos federais na ordem de R$ 118 milhões, considerado um patrimônio cultural e histórico da cidade. Sua retirada significa ainda deixar sem alternativas uma população que gera um fluxo de 14 mil passagens diárias por R$ 0,50 centavos, sem contar acessos gratuitos.

Sem o trem, a população fica sujeita somente a um transporte rodoviário oito vezes mais caro, cujo

funcionamento é moroso na região por conta de engarrafamentos, excesso de carros e acidentes constantes. Não se prevê, por exemplo, a possibilidade de se liberar 14 mil passagens diárias por R$ 0,50 em ônibus coletivos, sendo que milhares de usuários de trem sobrevivem com uma renda mensal média de R$ 320. Mesmo com emprego formal e recurso para pegar ônibus coletivo, muitas pessoas driblam o trânsito da suburbana através do trem. Somada a este cenário está a necessidade de distanciamento social no transporte coletivo, que pode ficar mais difícil com o trem paralisado.

PROPOSTAS

- Diálogo entre governos municipal e estadual para a retomada do projeto de modernização do Sistema Ferroviário de Salvador, considerando trens reformados e climatizados já disponíveis na empresa CTB, e para a manutenção do transporte ferroviário, cujos equipamentos podem durar mais de 100 anos rodando diariamente e deslocando milhares de passageiros.
- Adquirir veículos para a proposta de VLT (Veículo Leve sobre Trilho)., conforme o PDDU.
- Novos trens para a conexão com outros municípios e reconexão ferroviária com o porto marítimo de Salvador.
- Valorizar o transporte ferroviário por ter menor custo, menor impacto climático, ser acessível à população de baixa renda, e abrir possibilidades de serviços e novos empreendimentos em outras regiões da cidade.
- Valorizar o trem patrimônio nacional.
- A possibilidade de compartilhamento da via férrea com trem e VLT amplia o atendimento de outros municípios que já são cortados pela ferrovia.

4. MOBILIDADE ATIVA, RAÇA E GÊNERO

Um plano com intenção de mitigar efeitos da crise climática - e que compreende a mobilidade como um dos eixos principais de conexão das cidades - precisa também levar em consideração aspectos culturais, de identidade e de linguagem. Essas são também expressões inegavelmente intrincadas à dinâmica dos territórios urbanos. O movimento do hip hop, por exemplo, em toda sua existência, manifesta por meio de diferentes expressões (grafite, discotecagem, MCs e break) os direitos a ser garantidos às comunidades periféricas e populações negras.

A exemplo do grafite, quando se dispõe de uma cidade colorida, com identidade, e se imprime nela e no território do indivíduo a estética da sua cultura, cidadãos e cidadãs se sentem mais inseridos nos lugares que habitam e pelos quais transitam. O mesmo funciona na ocupação de espaços para plantios, arborização da cidade, entre outros elementos, atividades e cenários que tornam a cidade convidativa e confortável para as pessoas. Ao se visualizar a cidade como um espaço de identidades, se cria mais acesso às vias públicas, inclusive estimulando a circulação a pé ou de bicicleta, que são mais acessíveis, desde que se ofereça uma estrutura adequada.

PROPOSTAS

- Apurar e avaliar as dinâmicas culturais de diferentes territórios da cidade e valorizar manifestações culturais que dialogam com suas estruturas urbanas.
- Enxergar a cidade como um local de diversidade cultural e identidades, e entrelaçar a cultura - como o hip hop - à ideia de mobilidade.
- Compreender a cobertura verde e os espaços de jardins como composição da cidade, de forma que dê prazer e ambientação para o deslocamento a pé e de bicicleta.
- Estimular em cidadãos e cidadãs o prazer de estar e caminhar pela cidade através de investimento em infraestrutura de qualidade e campanhas educativas.
- Proporcionar iluminação adequada para que as pessoas se sintam acolhidas e seguras em deslocamentos noturnos.

- Maior aproveitamento dos bairros como pólos autossuficientes (bons centros de saúde e hospitais, boas escolas, creches e faculdades, áreas, praças / equipamentos de lazer, esporte e cultura, oportunidades de emprego e moradia) para evitar deslocamentos extensos, proporcionando menor investimento financeiro / tempo.
- Melhoria na infraestrutura para deslocamento ativo e acessos (lembrem Salvador tem muitas cumeadas) até as estações e pontos do transporte público, priorizando: mulheres, crianças, Idosos e pessoas com deficiência (quando a cidade melhora as condições para maioria da população, ela melhora para todos e todas).
- Políticas públicas para reduzir desigualdades em diversos âmbitos (saúde, educação, emprego e renda, moradia, sustentabilidade, cultura) sem deixar de considerar que Salvador é uma cidade negra, composta majoritariamente por mulheres, e com diferenças de renda impactantes.
- Reconhecimento e investimento no modal ativo/transporte coletivo (financiamento, governança e infraestrutura) para um mobilidade eficientemente mais democrática e sustentável, prevendo cobertura verde para maior conforto térmico nesses deslocamentos, rotas seguras (na perspectiva de gênero) e vias calmas nesse entorno de trânsito ativo;
- Políticas públicas transversais para que o modo ativo seja visto como fator imprescindível para melhores deslocamentos, de forma que seu custo-benefício seja potencializado nas áreas de saúde, educação, moradia, emprego-renda, possibilitando incentivo bilateral com mobilidade urbana (ativa e por transporte coletivo público).
- Políticas de incentivo fiscal a comerciantes de pequeno e médio porte que consigam fomentar boas práticas com a comunidade do entorno (frota de ciclo entregadores, manutenção constante e pavimentação observando acessibilidade das calçadas).
- Políticas públicas em parceria com rede pública e privada de ensino para estimular os passeios (a pé ou de bicicleta) nos bairros, conhecendo e desfrutando das áreas comuns de cada região, conectando jovens com estes locais e fazendo com que sejam estimulados na perspectiva da autonomia.
- Ferramentas tecnológicas que denuncie casos de violência para que calçadas, ciclovias, paradas de ônibus, e linhas de ônibus sejam mais observados pelo poder público, e para que pessoas que sofrem violência sejam encorajadas a fazer denúncias.
- Estas são algumas contribuições exaustivamente propostas e debatidas por grupos, coletivos, estudiosos e ativistas da mobilidade, que reconhecem a cidade como uma grande teia de vias, caminhos, e rica em formas de conectar diferentes territórios. São contribuições de indivíduos que vivem a cidade, experimentam e sentem sua atual estrutura, percebem na prática os efeitos das faltas e os benefícios inumeráveis do que poderia ser viabilizado através de planos e projetos urbanos embasados em experiências reais, e que já surtem efeitos em outras cidades e países em contextos semelhantes. Dessa forma, percebe-se a importância de uma conexão desses aspectos da Mobilidade com o período delicado e importante da elaboração do Plano de Mitigação e Adaptação de Mudanças Climáticas de Salvador, um documento-chave para a condução de nosso espaço urbano a soluções viáveis e indispensáveis à melhoria de qualidade da vida da população.

REFERÊNCIAS

Secretaria de Mobilidade de Salvador (Semob)

Secretaria de Infraestrutura e Transporte da Bahia (Seinfra, 2012)

Pesquisa Origem Destino Domiciliar Região Metropolitana Salvador (Conder, 2012)

Confederação Nacional dos Transportes (CNP)

Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer)

Estudo de impactos negativos para o Porto de Salvador com a eliminação da ferrovia (Associação dos Usuários dos Portos)

Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos (ANP Trilhos)

ENCONTRO 5
RACISMO AMBIENTAL E CLIMA EM SALVADOR

ENCONTRO 5:
RACISMO AMBIENTAL
E CLIMA EM SALVADOR

DATA: 28/08/2020 *- Live transmitida no canal do youtube Canteiros Coletivos Movimento*

ASSISTA: *https://youtu.be/e4pvrcbBCh8*

MEDIAÇÃO: ***Raimundo Nascimento,*** ***G****eógrafo, ativista do movimento social negro e membro do Centro de Arte do Meio Ambiente (CAMA)*

PARTICIPAÇÃO:

Eliane Silva Lima*, membro da Articulação do Centro Antigo e do Centro Cultural Que Ladeira é Essa?*

Marizelha Lopes, *Quilombola, membro do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) e da Articulação Estadual de Mulheres Pescadoras (AMP)*

Verônica Mendes*, Vice-Diretora do Colégio Estadual Helena Magalhães e Mestra pelo Programa em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA).*

Ailton Ferreira*, Sociólogo, membro do Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra, já esteve à frente da Secretária Municipal da Reparação de Salvador.*

COLABORAÇÃO:

Centro de Arte do Meio Ambiente (CAMA)

Articulação do Centro Antigo

Centro Cultural Que Ladeira é Essa?

Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP)

Articulação Estadual de Mulheres Pescadoras (AMP)

Colégio Estadual Helena Magalhães

Rede Convergência pelo Clima

SISTEMATIZAÇÃO:

Projeto Emergência Climática em Salvador

INTRODUÇÃO

Quando se fala em um morador do bairro do Horto Florestal, em Salvador, com acesso à água potável e toda sorte de estrutura, equipamentos e serviços públicos necessários para se viver bem, que tipo de pessoa se imagina? E quando se fala no morador de uma comunidade como a Gamboa, em que se vive em condições adversas, com falta de água potável, exposição a deslizamentos, e chuvaradas invadindo casas, como se imagina essa pessoa? Certamente, na segunda opção, a massiva parte dos moradores é de pessoas negras. Por conta disso, fazer essas perguntas é fundamental para se compreender o que é racismo estrutural.

A naturalização das condições de vulnerabilidade, e do tipo de pessoas que vivem nessas condições, foi construída, sobretudo, pelo estado brasileiro. O racismo estrutural - que nega direitos básicos para uma vida minimamente confortável - se apresenta, dessa forma, na economia, na política, na justiça. Basta parar para observar quem tem e não tem penetração nestes contextos.

A partir dessas vertentes de racismo, outras surgem e se materializam. Uma delas é o racismo ambiental. Para se compreender como ele funciona, basta seguir a mesma linha de raciocínio, e tentar imaginar como são as pessoas que vivem em áreas sujeitas a deslizamentos e alagamentos, completamente desmatadas e sem áreas verdes de convívio, distantes do centro urbano, com fraco acesso ao transporte público, com coleta de resíduos precária, e nas quais lixões se espalham por esquinas, passeios e fachadas de escolas. Quem vive nos cenários descritos? Pretos ou brancos?

Elaborar planos municipais com um olhar crítico sobre como a população da cidade está distribuída e em que condições, e compreender como o racismo estrutural demarca territórios e faltas, é essencial para se gerir uma cidade de forma justa, garantindo dignidade a todos os seus habitantes. Por conta disso, este documento, gerado

a partir da Live Roda de Conversa Racismo Ambiental e Clima em Salvador, tem o objetivo de propor direções, caminhos, perspectivas de ações que a sociedade civil considera indispensáveis para ser consideradas no Plano de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas de Salvador.

PROPOSTAS

- Promover estudos da contaminação das águas no entorno das comunidades pesqueiras, incluindo Ilha de Maré e adjacências, para cobrar das indústrias responsáveis as soluções necessárias para mitigar efeitos danosos à saúde das populações locais. A contaminação ambiental - que segue num crescente desde os anos 1960 - tem diminuído consideravelmente o tempo de vida de comunidades pesqueiras na Ilha de Maré e adjacências. Idosos morriam aos mais de 100 anos e, atualmente, crianças de 13 anos de idade morrem de câncer por digerir alimentos com metais pesados, como o mercúrio.
- Dar especial atenção a estudos emergenciais sobre as condições do Rio Aratu, onde está sendo licenciada a construção de um porto, considerando prioritária a manutenção do modo de sobrevivência das comunidades pesqueiras e quilombolas residentes na região.
- Direito à informação/transparência: tornar públicas as formas como estão sendo elaboradas as licenças ambientais dos empreendimentos que batem de frente com a qualidade de vida e o meio de subsistência das comunidades pesqueiras do município de Salvador, assim como a qualidade dos alimentos da pesca local.
- Estabelecer proteção emergencial aos manguezais do município de Salvador, ecossistemas importantes para o equilíbrio da fauna e flora locais, que passa atualmente por um grave desmatamento nas adjacências da Ilha de Maré, sem nenhum tipo de diálogo com a sociedade civil.
- Garantir a habitação das comunidades pesqueiras da Ilha de Maré para que não necessitem viver sobre o manguezal por falta de acesso à moradia.
- Garantir acesso a alimentação saudável e a postos de saúde às comunidades pesqueiras da Ilha de Maré.
- Garantir o direito à moradia das comunidades pesqueiras que habitam a Ladeira da Preguiça e adjacências, e exigir dos proprietários dos casarios históricos as reformas necessárias, de forma que não coloquem vidas locais em risco.
- Prezar pelo valor histórico e cultural da Ladeira da Preguiça e comunidades adjacentes como forma de manter a característica arquitetônica local, impedindo a expulsão de famílias para a construção de empreendimentos imobiliários de luxo, que se beneficiam do desmonte dos casarios históricos para erguer suas estruturas.
- Cobrar medidas de mitigação ambiental a empreendimentos já estabelecidos nas praias da Cidade Baixa, de forma que tratem seu esgoto, sem jogar no mar, e impedir a construção de novas edificações nas praias.
- Atender comunidades locais em épocas de chuvas fortes e realizar estudos para mitigar efeitos de deslizamentos de terra no local.
- Reabertura da fonte de água localizada na entrada da Rua do Mauá (fundo do Museu de Arte Sacra), que após ser vedado com concreto pelo museu, resultou no desabamento do muro sobre uma casa da Ladeira da Preguiça, desalojando uma família que hoje vive de favor no imóvel do centro cultural local.
- Reconhecer a necessidade vital das fontes de água da Avenida Contorno e do Museu para as comunidades locais, permitindo que a água seja consumida e utilizada por famílias, e garantindo esse bem, que é um direito de todas e todos.
- Promover direcionamento e coleta da água da chuva que desce das ladeiras do Centro Histórico e

carrega muitos resíduos com sua força, chegando à beira da praia local.

- Realizar levantamento da situação dos casarios históricos da encosta no entorno da Ladeira da Preguiça e adjacências para exigir dos proprietários a reforma urgente dos imóveis e penalizá-los por qualquer efeito negativo dos imóveis sobre a integridade das vidas das famílias locais.
- Readequar o serviço de coleta de resíduos, especialmente em comunidades de baixa renda, considerando a configuração geográfica de bairros não planejados, de forma que a coleta porta a porta seja garantida para todas e todos e os lixões formados em passeios e praças destes bairros - atraindo inúmeros animais vetores de doenças - sejam extintos.
- Proibir, em qualquer hipótese, a colocação de contêineres de resíduos no entorno de escolas públicas.
- Elaborar toda e qualquer política pública municipal considerando os contextos social, político, geográfico e econômico das comunidades de baixa renda, de forma que sejam atendidas por todos os serviços públicos essenciais.
- Considerar prioritárias as ocupações de comunidades tradicionais pesqueiras e quilombolas do entorno de Salvador, de forma que por hipótese alguma sejam expulsas e desapropriadas em função de obras imobiliárias desconectadas do patrimônio cultural local.
- Identificar e restaurar fontes de água utilizadas pelos terreiros de Candomblé da cidade de Salvador, incluindo localidades como Gravatá, Curuzu e Vasco da Gama.
- Combater a especulação imobiliária em áreas de Mata Atlântica.
- Promover a qualificação urbanística, ambiental, social das comunidades quilombolas de ilha de Maré e Alto do Tororó.
- Elaborar programas de conservação da vida marinha da ilha de Maré e Alto do Tororó.
- Elaborar um programa de monetização para os Terreiros que salvaguardam áreas verdes em Salvador.
- Plantar árvores sagradas que possibilitem o acesso das práticas religiosas afro-brasileiras, melhorando também o sombreamento e a qualidade do ar da cidade.
- Garantir às comunidades quilombolas e de terreiros a posse de suas terras por meio da legislação fundiária do município.
- Conservar os recursos naturais, em especial dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos de abastecimento de água, e dos remanescentes dos ecossistemas originais do território municipal, com a viabilização de sua coexistência no espaço da cidade como elementos de conforto, desenvolvimento econômico e qualificação urbanística.
- Promover o uso de matérias-primas provenientes de materiais reutilizáveis e recicláveis, e também de tecnologias limpas e de baixo impacto (fontes renováveis de energia, coleta da água de chuva) tanto nas construções quanto no funcionamento de edificações, reconhecendo os resíduos como um bem econômico e de valor social, promotor de cidadania e gerador de trabalho e renda.
- Adotar soluções imediatas para as ligações domiciliares de esgoto e os pontos críticos do Sistema de Esgotamento Sanitário de Salvador, e promover a restauração dos rios urbanos e de suas bacias hidrográficas.
- Garantir atendimento a todos os estratos sociais com metas de universalização do sistema de esgotamento sanitário, e oferecer serviço de qualidade e com soluções apropriadas à realidade socioambiental da cidade de Salvador.
- Expandir o saneamento básico em áreas desassistidas e com níveis elevados de vulnerabilidade e segregação social.

ENCONTRO 6

GESTÃO DE RESÍDUOS E CLIMA EM SALVADOR

ENCONTRO 6:
GESTÃO DE RESÍDUOS E CLIMA EM SALVADOR

DATA: 16/09/2020 *- Live transmitida no canal do youtube Canteiros Coletivos Movimento*

ASSISTA: *https://youtu.be/pvDAH9vMfaI*

MEDIAÇÃO: ***Gabriela Toledo,*** *Observatório do Saneamento Básico da Bahia e Instituto de Permacultura da Bahia (IPB)*

PARTICIPAÇÃO:

Bernardo Mussi de Almeida*, voluntário e Fundador do Fundo da Folia*

Dahvii Shiva, *Gestão e Núcleo Jurídico da Fundação Terra Mirim e integrante do Movimento SOS Santuário Itamboatá*

Mateus Almeida Cunha*, engenheiro Sanitarista e Ambiental (UFBA) e mestre em meio ambiente, água e saneamento (MAASA)*

Michele Almeida*, presidenta da Cooperativa de Coleta Seletiva e Processamento de Plático e Proteção Ambiental (CAMAPET)*

COLABORAÇÃO*:*
Observatório de Saneamento Básico da Bahia
Instituto de Permacultura da Bahia (IPB)
Fundo da Folia
Fundação Terra Mirim
Movimento SOS Santuário Itamboatá
Cooperativa de Coleta Seletiva e Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (Camapet)
Rede Convergência pelo Clima

SISTEMATIZAÇÃO:

Projeto Emergência Climática em Salvador

INTRODUÇÃO

Como nós, usuários, consumidores e criadores de produtos, nos relacionamos com o ciclo produtivo desde que retiramos um recurso do meio ambiente, transformamos em mercadoria e devolvemos para o meio ambiente? Os resíduos sólidos são um ponto primordial quando se fala em ciclo da cadeia produtiva. Junto disso, as políticas públicas voltadas à questão dos resíduos, ao descarte, ao manejo, ao tratamento, e a nossos direitos e deveres nessa cadeia, precisam ser colocadas em prática. Mas, hoje, no que avançamos com dez anos de Política Nacional de Resíduos Sólidos e seis anos de Política Estadual? E o que propõe a municipalidade para essa questão?

Sabe-se que Salvador, embora tenha um aterro compartilhado com duas outras cidades - Lauro de Freitas e Simões Filho -, ainda não separa materiais recicláveis, não composta matérias orgânicas, e está com um aterro funcionando no seu tempo máximo previsto, de 20 anos, e ao qual se pretende estender a duração ampliando o aterro em área de proteção ambiental. Por outro lado, a perspectiva para o tratamento de resíduos na cidade ainda é sombria, e cooperativas de catadores fazem um trabalho essencial sem a mínima estrutura necessária para que isso aconteça. É com o acúmulo de resíduos que se dá, através da emissão de gases, considerável aumento das temperaturas nas cidades, além dos danos causados pela própria lentidão de decomposição de inúmeros materiais.

Diante desse cenário, a Live Roda de Conversa Gestão de Resíduos e Clima em Salvador traz à tona sugestões, caminhos e perspectivas do que precisa ser considerado no Plano de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas de Salvador para uma gestão de resíduos coerente, equilibrada, e que promova geração de renda e qualidade de vida às populações de baixa renda.

PROPOSTAS

- Implantar coleta seletiva em Salvador, seguindo as premissas da Política Nacional dos Resíduos Sólidos.
- Promover educação ambiental da população de Salvador para a separação correta dos resíduos recicláveis.
- Garantir o serviço de cooperativa de catadores como serviço essencial, implementando a estrutura necessária para coleta e tratamento dos resíduos.
- Destinar resíduos orgânicos a um pátio de compostagem e promover educação ambiental da população de Salvador para a separação de resíduos orgânicos. Cerca de 50% dos resíduos do aterro são orgânicos. A compostagem desse material aumentaria sensivelmente o tempo de vida útil do aterro.
- Melhorar a coleta porta a porta, garantindo atendimento a moradores de vielas de áreas não planejadas da cidade, e impedindo assim a formação de depósitos irregulares de resíduos em vias públicas e espaços comuns.
- Implantar sistema de coleta e separação de resíduos de construção e impedir que se acumulem nos bairros.
- Ter como uma das principais metas a eliminação de depósitos irregulares de resíduos e de lixões distribuídos pela cidade.
- Destinar ao aterro do município somente os rejeitos - que não sejam recicláveis, reutilizáveis, ou orgânicos - prolongando assim o tempo de vida útil desse sistema. Com isso, o aterro passaria a receber apenas 16% do volume de resíduos atual. A cidade encaminha cerca de 2,6 mil toneladas/dia de resíduos ao aterro, que já tem 20 anos e, por falta de espaço, necessita ser ampliado.
- Ter como uma das principais metas o fechamento dos ciclos de cada resíduos, exigindo também que a indústria promova o destino dos resíduos dos seus produtos, adotando a logística reversa na cidade de Salvador.
- Avançar nas políticas públicas por meio de seus instrumentos - educação ambiental, logística reversa, coleta seletiva - levando em conta a importância das cooperativas de catadores, os planos de gestão integrada de resíduos sólidos, e um mercado em que o material seja vendido com geração de renda para cooperativas de catadores.
- O processo de incineração não pode ser visto como método de tratamento de resíduos sólidos urbanos, já que desconstrói toda a lógica moldada na política de resíduos sólidos, promovendo aumento da emissão de gases.
- Jamais permitir a incineração de resíduos sólidos urbanos recicláveis. Materiais de grande potencial calorífico, como papel, papelão, plástico, precisam ser reduzidos e reciclados por cooperativas de catadores.
- Considerar a incineração somente para o tratamento de resíduos específicos, como os industriais, e determinar uma legislação específica para garantir o controle desse tipo de tratamento.
- Proteção ambiental e respeito às legislações vigentes para a não instalação de aterros e esgotos em áreas de proteção.
- Educação ambiental e formação cidadã para o entendimento da população sobre políticas de resíduos sólidos.

- A quantidade de resíduos sólidos aterrada atualmente no país poderia gerar 14 bilhões de reais por ano se houvesse reciclagem e compostagem nas cidades.
- Ter como uma das principais metas a diminuição da emissão de gases por acúmulo de resíduos no aterro. Gases como metano, dióxido de carbono, amônia, hidrogênio, gás sulfídrico estão entre os causadores do efeito estufa.
- Reconhecer cooperativas de catadores como agentes ambientais essenciais para a preservação da qualidade de vida na cidade e garantir a infraestrutura adequada para seu funcionamento.
- Tornar o trabalho do catador de resíduos um trabalho digno, com uso de EPIs, ferramentas adequadas, e direitos trabalhistas garantidos.
- Desonerar o tratamento dos resíduos realizado pelas cooperativas de catadores deixando de cobrar tributos por materiais já tributados antes de se tornarem resíduos.
- Tornar o Parque Marinho da Barra uma área de fato protegida, multando empresas cujos produtos forem atirados ao mar, especialmente em festas de carnaval.
- Promover atividades de educação ambiental para conscientizar banhistas do valor do Parque Marinho.
- Criar facilidades para a população se sentir estimulada a separar resíduos: campanhas educativas, coleta seletiva, pontos de recebimento de resíduos recicláveis, coleta específica de orgânicos, por exemplo.
- Exigir que condomínios garantam áreas para armazenamento de recicláveis, compostagem e rejeitos, e que façam o tratamento de águas cinzas.
- Promover educação ambiental nas praias para evitar o descarte de resíduos na areia e no mar. Inserir lixeiras e coleta frequente nas praias.
- Mapear e monitorar terrenos, rios e córregos que recebam resíduos e criar planos de recuperação destes locais, assim como o direcionamento adequado dos resíduos.

ENCONTRO 7

ARBORIZAÇÃO, RIOS E CLIMA EM SALVADOR

ENCONTRO 7: ARBORIZAÇÃO, RIOS E CLIMA EM SALVADOR

DATA: 23/09/2020 - *LIVE transmitida no canal do youtube Canteiros Coletivos Movimento*

ASSISTA: https://youtu.be/1sAA6hklHAA

MEDIAÇÃO: ***Tereza Moura**, pesquisadora do Laboratório de Conforto Ambiental e Tecnologias Sustentáveis em Arquitetura e Urbanismo (LACAM-Tec) da UFBA*

PARTICIPAÇÃO:

***Elena Gepetti**, sócia do Embya Paisagens e Ecossistemas e coordenadora do Plano Municipal de Mata Atlântica de Salvador*

***Danilo Sette**, engenheiro florestal e mestre em Ciências Florestais*

***Maíra Azevedo**, bióloga e integrante do Movimento Jaguaribe Vivo*

***Nik Sabey**, idealizador da iniciativa Novas Árvores por Aí*

COLABORAÇÃO:

Laboratório de Conforto Ambiental e Tecnologias Sustentáveis em Arquitetura e Urbanismo (LACAM-Tec) da UFBA
Embya Paisagens e Ecossistemas
Movimento Jaguaribe Vivo
Novas Árvores por Aí
Rede Convergência pelo Clima

SISTEMATIZAÇÃO:

Projeto Emergência Climática em Salvador

INTRODUÇÃO

Além da necessidade de se retomar um conforto térmico na cidade de Salvador, cada vez mais aquecida com a perda gradual de suas áreas verdes e ainda sem um planejamento de arborização densa das áreas urbanas em todo o seu território, a gestão adequada e respeitosa de árvores e rios na cidade está diretamente conectada à saúde da população. Salvador precisa de infraestruturas verdes para renovar o ar e combater a poluição, e precisa dos rios para equilibrar a temperatura e canalizar os ventos. Tratam-se de pontos como cruciais para a diminuição dos efeitos da crise climática local.

O sombreamento, a diminuição da temperatura, a maior ventilação das localidades onde há córregos e rios, tudo precisa ser considerado como um caminho para lidar com o combate ao efeito estufa. E a urbanização é um dos fatores mais preponderantes para a definição do clima em cada área do município. Para destacar pontos importantes sobre esse tema, que a sociedade civil considera importante ser contemplados no Plano de Adaptação e Mitigação de Mudanças Climáticas de Salvador, a Live Roda de Conversa Arborização e Rios & Clima em Salvador destacou algumas propostas a seguir.

PROPOSTAS

- Promover a arborização sistemática da cidade de Salvador, em todos os seus territórios - principalmente, periféricos -, com variedade de espécies de Mata Atlântica.
- Valorizar áreas e terrenos ociosos disponíveis na cidade para o plantio mais adensado, como pequenos bosques, ampliando a possibilidade de conforto térmico em diversos pontos urbanos.
- Dar prioridade absoluta a terrenos ociosos da cidade para o

plantio de bosques, atraindo diversidade de fauna e flora à capital baiana, e impedindo seu uso pela iniciativa privada - a exemplo de *outdoors* -, e sem contrapartida ambiental.

- Conectar parques, praças e áreas de adensamento verde com corredores ecológicos que acolham uma diversidade de fauna.
- Implantar tecnologias de baixo custo para a potencialização de jardins arborizados na cidade, a exemplo dos jardins de chuva, que não necessitam da irrigação de água potável. Essa tecnologia é pensada justamente para acolher as águas das chuvas, de forma que sejam absorvidas pelo solo e cumpram com seu ciclo hidrológico.
- Os jardins de chuva propõem um exercício do olhar do movimento das águas de chuva e também de águas dispensadas por grandes imóveis, que passam a ter uma ação direta na arborização urbana.
- Substituir vagas de carros por trechos de vegetação com jardins de chuva, proporcionando a diminuição de alagamentos em áreas impermeabilizadas.
- Substituir parcelas ociosas de estacionamentos em supermercados, shoppings e faculdades por praças e hortas urbanas.
- Priorizar o plantio de árvores nativas de Mata Atlântica da Bahia, levando em consideração a diversidade de fauna e de animais polinizadores a ser atraída.
- Priorizar o plantio de árvores de pequeno e médio porte para que não sejam necessárias as podas drásticas por conta da fiação elétrica.
- Priorizar árvores de maior porte em vias onde não há fiação elétrica para proporcionar sombras mais adensadas.
- Promover educação ambiental e mobilização de cidadãos comuns para a criação do hábito de plantio periódico de árvores, seguindo orientações do manual de arborização urbana da cidade.
- Recuperar rios canalizados e tamponados na cidade e descartar qualquer obra urbana que tenha como premissa o "desaparecimento" de rios, a exemplo do que já acontece em diversas cidades no mundo, que realizam grandes investimentos na recuperação de rios após perceber os efeitos nocivos da negação de seus espaços.
- Salvador tem uma malha hídrica com grande potencial para formação de grandes corredores ecológicos urbanos. A arborização urbana precisa ser direcionada à conexão das áreas dos rios da cidade, permitindo também a passagem de fauna e conectando fragmentos verdes.
- Espécies importantes a ser consideradas na diversidade da arborização: aroeirinha, que produz pimenta rosa, pitangueira, com grande potencial para atrair fauna, araçá, que gera uma mini goiaba e também atrai fauna, e a biriba. A pitangueira, por exemplo, permite que qualquer pessoa possa colher o fruto e interagir com os exemplares, a janaúba, com uma floração branca e duradoura muito bonita. As quaresmeiras estão entre boas espécies de porte médio, e também o ipê-tabaco, as canelas, uma espécie medicinal. Todas essas espécies, entre muitas outras, têm potencial de atração de fauna. O mais importante é conseguir diversificar o plantio de espécies.
- Evitar arborização de ruas inteiras com a mesma espécie, pois os exemplares se tornam mais vulneráveis a pragas e terão limitação na interação com a fauna.
- Para as orlas de Salvador, é indicada a vegetação de restinga. Uma das propostas é que condomínios de frente para as orlas sejam obrigados a inserir espécies de restinga em seus jardins.
- Que a cidade de Salvador disponha de hortos com riqueza de variedade de espécies para os diferentes territórios de Salvador, inclusive, espécies de restinga.
- Criar um diálogo do Plano de Adaptação e Mitigação das Mudanças Climáticas de Salvador com

o Plano Municipal de Mata Atlântica, garantindo coerência na implantação e recuperação de áreas verdes e arborização na cidade.

- Valorizar o plantio de árvores em espaços com a presença de corpos de água.
- Realizar georreferenciamento de espécies arbóreas da cidade para reconhecer a diversidade presente e seus serviços ecossistêmicos.
- Considerar a importância do valor afetivo das pessoas com as árvores da cidade, buscando criar comunicação com as comunidades locais nas intervenções a ser feitas nos exemplares.
- Ressaltar na arborização urbana de Salvador a devida importância cultural das árvores de matriz africana, a exemplo das figueiras (irocos), com sua grandiosa presença na história da cidade por seu valor simbólico - mesmo não sendo nativas.
- O combate às inúmeras fontes de radiação solar, que provoca maior sensação de calor, não se resolve sem o sombreamento das árvores, mesmo que a cidade disponha dos ventos.
- Evitar excesso de espécies exóticas, pois podem provocar desequilíbrio de fauna.
- Valorizar os corredores de fundo de vale como pontos essenciais para a criação de corredores ecológicos, de forma que a arborização dialogue com o rio ali presente.
- Ao se pensar em recuperação de rios, é importante se pensar também na cobertura vegetal dos leitos dos rios, uma vegetação específica que tem seu papel e precisa ser regenerada.

ENCONTRO 8:

HABITAÇÃO E CLIMA EM SALVADOR

ENCONTRO 8:
HABITAÇÃO E CLIMA EM SALVADOR

DATA: 30/09/2020 *- LIVE transmitida no canal do youtube Canteiros Coletivos Movimento*

ASSISTA: *https://youtu.be/xZDD7tVsrbc*

MEDIAÇÃO: ***Luiz Antônio de Souza****, presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Bahia (IAB-BA)*

PARTICIPAÇÃO:

João Pereira*, diretor executivo Região Nordeste da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam)*

Maura Cristina da Silva*, Coordenadora estadual do Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB) e integrante da Articulação do Centro Antigo de Salvador*

Tiago Scher*, Gestor Nordeste na organização TETO Brasil*

COLABORAÇÃO:

Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Bahia (IAB-BA)

Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam) - Região Nordeste

Movimento Sem Teto da Bahia (MSTB)

Articulação do Centro Antigo de Salvador

TETO Brasil - Região Nordeste

Rede Convergência pelo Clima

SISTEMATIZAÇÃO:

Projeto Emergência Climática em Salvador

INTRODUÇÃO

Não é possível falar em proteção ambiental sem que se considere também a proteção do ser humano, em especial das populações mais pobres e vulneráveis. Nesse contexto, é indispensável uma reflexão sobre caminhos possíveis para se garantir habitações que de fato atendam às necessidades básicas da população, principalmente a de baixa renda, cujas moradias estão em áreas sujeitas a efeitos ainda mais graves da crise climática.

Salvador é nitidamente um espaço disputado, em que diferentes territórios expõem e denunciam situações de conflitos, e no qual se desvendam a noção de ordem e desordem urbana. O espaço urbano dito formal se apropria das melhores condições geomorfológicas da cidade e de recursos técnicos, enquanto o informal realiza intervenções com baixíssimo aporte técnico em encostas, vales, áreas inundáveis ou mesmo próximo a rios.

Porém, um levantamento que compõe a Análise das Ações Públicas entre os anos de 2008 e 2018, mostra que o poder público (estado e município) é aquele que mais causa danos socioambientais à ordem urbanística, seguido do segmento imobiliário. Portanto, é questionável a afirmação de que é a população vulnerável a que mais compromete a ordem urbanística e ambiental do município.

É necessário que a gestão municipal de Salvador faça uma leitura dos diferentes territórios da cidade, dos assentamentos humanos presentes, de suas características, de suas populações, de suas condições de existência e de seus impactos locais, levando em consideração não apenas impactos ambientais gerados e sofridos por ocupações ditas irregulares, mas também provocadas por aquelas que exterminam áreas verdes residuais da cidade para assentamentos de grandes condomínios de luxo.

Afinal, quais os caminhos para se pensar em habitações possíveis, que atendam às necessidades básicas da população, e que diminuam os efeitos da crise climática na

cidade? Para essa reflexão, a Live Roda de Conversa Habitação e Clima em Salvador indica soluções, caminhos e perspectivas da sociedade civil a ser consideradas na elaboração do Plano de Adaptação e Mitigação da Crise Climática em Salvador.

PROPOSTAS

- Direcionar os debates climáticos aos bairros de baixa renda de Salvador, de forma que se compreenda as soluções urgentes necessárias às populações mais vulneráveis, afinal o meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito constitucional e à vida.
- Exigência, junto aos proprietários, da recuperação dos casarios coloniais há décadas abandonados e apoiados por ferros no Centro Histórico de Salvador, colocando em risco inúmeras famílias com possíveis desabamentos.
- Trocar a "política" de desapropriação de famílias moradoras de casarios históricos do centro antigo por uma política de apoio à recuperação dos casarios e à legitimação dessas moradias.
- Reconhecer as chuvas anuais de Salvador não como um caminho para expulsar famílias de suas moradias, e sim como um indicativo de que é necessário se pensar em soluções para que as moradias não sejam prejudicadas pelas fortes chuvas.
- Considerar as habitações de Salvador, em seus diferentes aspectos, também como espaços de identidade, cultura, nos quais a famílias muitas vezes encontram seus meios de subsistência, a exemplo de pescadores do centro antigo e marisqueiras da Ilha de Maré.
- Fazer uma leitura racial das populações em habitações ameaçadas, e criar políticas habitacionais para a reparação dessas populações.
- Exigir contrapartida ambiental dos empreendimentos estabelecidos nas praias do Centro Histórico - coibindo o despejo de esgoto no mar, por exemplo - e impedir a instalação de novos empreendimentos no local.
- Garantir a habitação para comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré, que acabaram sendo empurradas para cima dos manguezais pela falta de acesso a terras na ilha.
- Criação de políticas afirmativas urbanas, a exemplo do redirecionando de atividades produtivas para a periferia, de forma que famílias possam financiar suas habitações.
- Criação de políticas estruturais direcionadas a encostas e áreas alagadas, a exemplo de um plano diretor para áreas de risco.
- Estabelecer critérios rígidos de fiscalização para licenciamentos ambientais.
- Criar políticas públicas para e com a periferia.
- Definir uma política pública municipal de habitação seguindo padrões sustentáveis.
- Garantir o reflorestamento de terrenos ociosos periféricos.
- Implantar soluções de baixo custo de captação de água das chuvas nas periferias, proporcionando a redução da vazão de água de enxurradas e do consequente alagamento de áreas vulneráveis.
- Implantar soluções de energia solar de baixo custo nas periferias, reduzindo as contas de luz de famílias de baixa renda e diminuindo a demanda das redes elétricas.
- Implantar nas periferias hortas comunitárias para a segurança alimentar das pessoas, além de soluções de teto verde para conforto térmico, e composteiras para geração de adubo para hortas e jardins.
- Pensar na diminuição das emissões de carbono nos planejamentos das construções, desde a compra do material até a execução da obra.
- Ter como meta o desejo da diminuição da desigualdade social brutal de Salvador, que se reflete nas moradias e nos efeitos da crise climática.

ENCONTRO 9
FRAGMENTAÇÃO DE TERRITÓRIOS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

ENCONTRO 9
FRAGMENTAÇÃO DE TERRITÓRIOS E JUSTIÇA CLIMÁTICA

DATA 07/08/2020: *LIVE transmitida no facebook do Movimento Jaguaribe Vivo*

ASSISTA: *https://fb.watch/38AC2VldTj/*

REALIZAÇÃO: *Movimento Jaguaribe Vivo e Convergência pelo Clima, em parceria com Gambá, Fórum Permanente de Itapuã, Quilombo Kingoma e Ganhadeiras de Itapuã*

MEDIAÇÃO: ***Maíra Azevedo****, bióloga, mestra em Imunologia, líder climática (Climate Reality) e co-criadora do Movimento Jaguaribe Vivo*

PARTICIPAÇÃO:

Mãe Donana*, liderança religiosa e cuidadora do Quilombo Quingoma, em Lauro de Freitas*

Veronica Raquel*, artista, diretora de patrimônio das Ganhadeiras de Itapuã, idealizadora do movimento de samba de roda de Itapuã "Nosso Quilombo"*

Clara Domingas*, artista-pesquisadora, mestranda em Antropologia (UFBA), Membro do FPI- Fórum Permanente de Itapuã e do Movimento Nosso Quilombo.*

Maria Alice Pereira da Silva*, advogada, mestra em Arquitetura e Urbanismo, escritora. Autora do livro Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador.*

APOIO TÉCNICO:

Edmilson Barbosa - SINDAE

SISTEMATIZAÇÃO:

Movimento Jaguaribe Vivo

INTRODUÇÃO

O encontro aconteceu às vésperas de o Brasil alcançar a triste estatística dos 100 mil mortos pela pandemia provocada pelo novo coronavírus. Na Bahia, marcada àquela altura por 3789 mortes registradas, perdemos na mesma semana duas figuras muito importantes a quem prestamos nossas homenagens. Ambos professores, escritores, e referências de nossa cultura e identidade negra, soteropolitana, brasileira. Jorge Portugal e Jaime Sodré fizeram sua passagem mas nos deixaram um legado expressivo e inspirador para que não esqueçamos de onde viemos e da importância de seguir criando formas de compartilhar nossa expressão no mundo contribuindo construtivamente para a coletividade.

Todas essas partidas são sentidas e aumenta ainda mais nossa dor saber que nesse momento no Brasil estamos convivendo também com a morte de nossas florestas, nossas águas, nossa tão cantada riqueza. Nossa natureza que está sendo envenenada, atropelada, golpeada, escavada, concretada. Tudo isso acontecendo de uma forma brutal, que vem associada com uma cadeia de mais violência e perdas também humanas.

A pandemia não causou crise econômica, de saúde e educação, ela escancarou a crise civilizatória. Estamos sendo desafiados a experimentar e estabelecer novas formas de contato, que nos revelam a necessidade de saúde em todos as dimensões de vida e ao alcance de todos. Nesse sentido a promoção de justiça, equidade e garantia de direitos a ambientes saudáveis em todas as escalas é parte da emergência climática.

A Bahia ocupa o segundo lugar no ranking de desmatamento da Mata Atlântica e nossos tomadores de decisão insistem em justificar suas escolhas com argumentos procedimentais e legalistas, desconsiderando até nossa Constituição Federal.

Salvador já sofre escassez de qualidade hídrica e depende majoritariamente de uma fonte de abastecimento que está em franca redução de disponibilidade, assim como nossa biodiversidade, neste cenário de degradação causada pela escolha de um modelo civilizatório altamente predatório. Um modelo que, segundo artigo publicado em maio na revista Nature (https://www.nature.com/articles/s41598-020-63657-6) nos deixou, enquanto espécie humana, apenas 10% de chance de sobrevivência sem sofrer crises catastróficas como a que viemos enfrentando.

Biodiversidade e água são fundamentais para uma condição ideal de saúde e dependem de ecossistemas íntegros, que por sua vez nos protegem.

O modelo de urbanização vem contribuindo expressamente nessas perdas. Os planejamentos e intervenções urbanas não deveriam aumentar as vulnerabilidades e promover fragmentação, violência, escassez, poluição e morte.

É importante deixar claro que saneamento é uma necessidade reconhecida por todos, assim como outras, mas essas necessidades não podem se traduzir em perdas de benefícios ofertados pela natureza gerando ainda acirramento de conflitos. As populações vulneráveis sofrem mais diante de todas essas consequências. Precisamos discutir conceitos, concepções, prioridades, assegurando o direito constitucional de acesso à informação, à participação social e à justiça. Precisamos de infraestruturas e tecnologias que promovam conectividades.

Não temos que ser reféns de opções tecnológicas que nos façam escolher entre uma coisa e outra. O desafio é inovar nas decisões e potencializar a tecnologia da natureza, gerar uma economia que tenha também como foco o bem estar, a saúde ecossistêmica e planetária. A própria Organização Internacional do Trabalho-OIT já apontou o potencial de geração de milhões de empregos numa economia que contemple ao mesmo tempo uma lógica de produção mais responsável com o ambiente.

Estamos aqui para dar visibilidade a essas consequências nefastas da opção por modelos já superados, excludentes e degradantes. Além de irresponsáveis e que se utilizam do discurso da legalidade justificando a apropriação de territórios e bens comuns que representam nossa segurança coletiva e sobrevivência diante de um cenário de emergência climática.

FALAMOS SOBRE:

O que representa essa ligação, essa conexão entre os elementos que compõem seus territórios e a identidade e formação da comunidade local.

A ideia de aproximação ou conectividade entre esses territórios

Como a fragmentação imposta por infraestruturas afeta esses territórios e em que dimensões a desconectividade se expande

DESTACAMOS, A SEGUIR, ALGUMAS EXPRESSÕES QUE AFLORARAM EM NOSSA RODA DE CONVERSA.

***Mãe Donana,** liderança religiosa e cuidadora do Quilombo Quingoma, em Lauro de Freitas*

“A gente vê território como corpo físico, espiritual, ancestral. Onde a Terra, as Águas, a Floresta, os Animais e o Patrimônio Humano são um só organismo. A fragmentação causa a interrupção dessa corrente sanguínea, bombeada pelo coração, que é a ancestralidade, com sua história, seu presente e o futuro a construir e proteger. Fragmentação é um grande e terrível corte nas artérias desse coração.” A fragmentação que vem acontecendo nos territórios é perversa, com a retirada

de mata, aquíferos, fauna e flora nativas. O primeiro ataque à nossa identidade é dizer que ser quilombola ou ser de comunidade tradicional é feio, é ruim, é dizer que aquilo com o que você se identifica não serve pra sociedade. Depois vem a derrubada da floresta, é acabar com o que dá sustentabilidade aos povos tradicionais, que é o seu território, o seu habitat. É a interrupção de rios, é tirar o de beber e o de comer dessas comunidades, além de canalizarem todos os dejetos pra esses mesmos rios. Isso é matar de fome, de sede, de espiritualidade um povo que vive inserido nesse contexto de meio ambiente e que até hoje é o povo que mais protege e que mais cuida, assim como as comunidades indígenas. Cada dia os governos entendem de fazer uma estrada, de fazer um condomínio e ai vão destruindo tudo. Acabando com a história, acabando com o meio ambiente, destruindo e levando esses povos tradicionais como nós ao desespero. O que está acontecendo? A comunidade vem perdendo a sua identidade, vem perdendo território. Eles vão fragmentando e cada dia eles vão dizendo o que é o nosso território. Eles vão dizendo "ah, esse pedaço aqui não é seu...isso aqui não é seu..." Mas quem sabe onde começa e onde termina o território é a comunidade que está ali, vivendo há séculos. Eles têm mania de dizer quem nós somos, apontar o dedo "você é... você não é...", mas quem tem que dizer quem somos nós somos nós mesmos. Nosso povo vem sofrendo o tempo todo: a exclusão, o desrespeito... e quando chega num momento desse, onde aparecem os interesses imobiliários, especulativos, de governos municipais, federais, estaduais, eles vêm pra cima da gente, nos deixam o tempo todo sem políticas públicas, nos deixam o tempo todo isolados, não respeitam o que está na Constituição, não respeitam o nosso direito. As leis que garantem nossos direitos nunca são cumpridas. Está lá: não se pode construir uma estrada e nem nada enquanto o território está sendo estudado, está sendo feito seu RTID. Mas o que a gente vê? Agora mesmo tem uma máquina trabalhando aqui e a gente tem que estar todo dia brigando pra não aterrar nossa nascente, a única que restou quando passou a via metropolitana, sem o menor respeito. A gente gritou, a gente chorou, a gente deitou na estrada, a gente fez zoada, mas ninguém acudiu! A gente se vê hoje num momento de total vulnerabilidade. Jogados à revelia, quando se trata de território. Porque eles querem a nossa terra para especulação, para esse maldito capitalismo, essa maldita forma de viver de exploração. Como sempre, nós estamos aqui na luta e na resistência, pedindo que sejamos respeitados como patrimônio humano, cultural, religioso desse lugar. A fragmentação do território causa uma tristeza, uma dor muito grande. Quando se corta uma veia, uma artéria, perde-se muita força, o coração para de funcionar. E é isso que eles estão fazendo com a gente. Cortando nosso território de todas as formas com rodovias, servindo à especulação imobiliária desenfreada. O que que esses especuladores querem com tanto ataque? A mata atlântica hoje está quase inexistente nessa região. A gente os vê tomando as áreas dos mares, dos rios, construindo a cada dia, só falta colocarem as construções dentro das águas. Cercam, para que a gente não tenha acesso. Nosso povo sempre viveu aqui, sempre usufruiu e sempre cuidou e zelou, sempre extraiu só o necessário pra sobrevivência. Porque a gente sabe respeitar essa natureza que nos dá e que a gente tem que devolver a ela respeito e proteção. E isso não tem sido respeitado. Pra onde vai tanto concreto? Cada dia a gente sofre vendo os rios sendo aterrados, as nascentes sendo aterradas. A gente está aqui numa luta terrível, numa luta desgastante, dolorosa. Sendo ameaçados de morte, vendo as máquinas adentrando nosso território sem nenhum respeito, sem vir comunicação, sem consulta prévia. Porque quando eles entram não consultam a gente não. Eles vêm pra cima, já dizendo que você não é dono de nada, que você não tem escritura, então não tem como provar. Mas num território quilombola não existe escritura. Ele sempre foi habitado. Aqui é um núcleo de resistência mais antigo da Brasil. Nosso povo chegou aqui desde 1569 e se estabeleceu aqui. Meus ancestrais viveram aqui nesse território e me trouxeram de volta aqui pra fazer esse resgate. Pra falar dessa história que até então foi silenciada por medo. Porque eles caçavam quem era parente, descendente. Caçavam e matavam mesmo, pra que não se contasse o que aconteceu aqui em 1893, um terrível massacre onde famílias foram mortas, queimadas vivas, açoitadas, no meio de uma barbárie terrível. Nosso povo vem hoje sofrendo toda sorte de discriminação, de falta de respeito, em relação à sua cultura, sua religiosidade, sua ancestralidade. E a gente precisa falar. Precisa perder o medo, porque o medo é uma prisão e eles querem que a gente fique preso nessas gaiolas, nessas jaulas mesmo do medo. Mas eu aprendi a não ter medo

de falar o que eu penso, o que eu acredito, dizer quem eu sou, por conta da ancestralidade me dar a missão de falar, de defender essas terras. Porque aqui é um território sagrado, não pode ser fragmentado da forma como eles querem. Eles têm que respeitar os territórios das comunidades tradicionais, os territórios indígenas. Porque nos protegendo estamos protegendo o meio ambiente, estamos protegendo as águas, aquilo que nos alimenta e gera vida. A gente tem que ter um respeito muito grande a essas comunidades tradicionais, a nossas comunidades tradicionais. Porque nós somos berço da cultura, da fé, do amor, do acolhimento. Os quilombos são lugares de acolhimento, de proteção, de cultura, de muita fé. Por isso eu fui escolhida pela ancestralidade para defender o território quilombola do Quingoma. Não fui escolhida por pessoas, mas pela ancestralidade, por isso estou nesse enfrentamento. Senão, eu estaria no comodismo como muitos estão hoje. Porque falar de meio ambiente, falar de território, falar de direitos hoje, nos deixa sujeitos a sofrer retaliações, boicotes, violência desse Estado terrível, dessa especulação terrível, que nos mata todo dia.

Sem território não somos nada, não temos nada.

Nós aqui nessa roda somos guardiãs desse patrimônio e somos chamadas nessa missão de defender essa terra.”

***Veronica Raquel,** diretora de patrimônio das Ganhadeiras de Itapuã*

“Venho expressar nossa indignação com a construção de uma estação elevatória de esgoto às margens de nossa Lagoa do Abaete, que na década de 90 teve as tradicionais lavadeiras afastadas dali com a desculpa de que o sabão que usavam poluía a lagoa. Não se pensou em aproveitar o saber dessas mulheres, por exemplo, numa ação de confecção de sabão para que pudessem ter uma opção de renda e não ficassem vulnerabilizadas, mesmo com farta matéria prima disponível, como dendê e coco. O que trazia visitantes ao Abaete era essa representação de conexão, não o concreto que colocaram no lugar. Itapuã, território afro-indígena, comunidade, favela, antiga aldeia indígena, antiga aldeia de pescadores. Lugar de pessoas, simples, nativas, enraizadas, pessoas que sabem lidar com a natureza. Pessoas assim são fortes, a vulnerabilidade passa longe delas. Mas a quem interessa ter essas comunidades fortalecidas? Danificar um lugar que e tão importante pra nós comunidade, tão importante pra humanidade!?. A agressão a um lugar como esse atinge a todos nós.”

***Clara Domingas,** representante do Fórum Permanente de Itapuã*

Ela destaca a fragmentação gerada pelas infraestruturas que ocuparam a orla atlântica de Salvador e também o interior do bairro, padronizando espaços e apagando especificidades. Intervenções que promovem o desconhecimento da memória do patrimônio local em processos de apagamento da identidade negra e afro-indígena do território, dando lugar à poluição, com consequente perda da qualidade de águas (como as do Rio Xangô), de sítios arqueológicos, da “cultura de areia” associada o ecossistema de restinga e a modos de vida da comunidade de pesca, cuja bioeconomia se traduzia na produção de artes e alimento. O Abaeté de hoje é um resquício da fragmentação da restinga do território de Itapuã. E o turismo de entretenimento atual, estimulado por essas infraestruturas construídas, além de degradante vem causando um descompasso entre a imagem vendida e esperada de Itapuã e uma realidade muito empobrecida de identidade por essa fragmentação fruto das intervenções na orla e em todo o bairro.

***Maria Alice Silva,** advogada, mestre em Arquitetura e Urbanismo, escritora*

“A Pedra de Xangô está localizada na avenida Assis Valente – principal logradouro que interliga Cajazeiras X, Fazenda Grande I, Fazenda Grande II, Boca da Mata e a Estrada Velha do Aeroporto. Situada nos limites sul da Área de Proteção Ambiental Joanes-Ipitanga, mais precisamente na sub-bacia hidrográfica do Ribeirão Itapuã, que compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Jaguaribe. A área

abriga remanescentes do bioma Mata Atlântica, com diversas fisionomias em diferentes estágios de regeneração, matas ciliares ao longo dos pequenos riachos, pântanos e afluentes presentes nos grotões e vales. Em toda a sua extensão há representações de espécies relevantes da fauna e flora. Considerada, pelas comunidades de terreiros do bairro de Cajazeiras e adjacências, patrimônio cultural, simbólico, mítico da cidade de Salvador, Bahia, a pedra é conhecida também com outros nomes, assim, toda vez que mencionarmos Pedra de Xangô entenda-se Pedra de Xangô, Nzazi, Sogbo, do Buraco do Tatu, do Quilombo do Urubu, da Onça e do Ramalho. Outrora Cajazeiras era uma zona tipicamente rural. Com a finalidade de solucionar a crise habitacional da década de 1970, o Estado resolve construir grandes conjuntos habitacionais distante do centro da cidade. Assim, em 1975, através do decreto nº 24.922, declarou de interesse social e desapropriou as fazendas União, Cajazeiras e Jaguaripe de Cima ou Fazenda Grande e Chácara Nogueira, num total de 16 milhões de m², englobando áreas na BR-324, na altura do Supermercado Makro, até o Km 5,5 da Estrada Velha do Aeroporto, cujos limites abrangiam os bairros de Castelo Branco - Nova Brasília - Golfe Clube e a Represa do Ipitanga (APA Joanes Ipitanga). Rodeada de imensa área de Mata Atlântica, a Pedra de Xangô ficava escondida dentro da mata, conhecida por interessados e devotos zelosos, pois só havia vegetação e rio no local e pouquíssimas trilhas que a imagem aérea não conseguia mostrar com exatidão, devido à densidade da floresta. Em 2005, a pedra foi completamente desnudada, e por pouco não foi implodida, para dar lugar à construção da avenida Assis Valente. Inicialmente projetada para solucionar o problema do esgotamento sanitário da região de Cajazeiras X e seu entorno, a via foi construída sem consulta prévia à comunidade local. Assim, o governo do Estado, através do Programa Sanear, instalou lagoas de estabilização muito próximas ao monumento natural, alterando notadamente a paisagem da região. Pedras de perfil geológico raro foram subtraídas, árvores seculares e árvores frutíferas foram derrubadas, nascentes e mais nascentes aterradas. A vegetação local, arbórea-arbustiva, a exemplo das áreas de floresta tropical original, foi cruelmente dizimada. A fauna também foi duramente atingida; animais silvestres e animais domésticos morreram ou evadiram-se. Espaço consagrado aos inquices, voduns, orixás e caboclos, a Pedra de Xangô é uma extensão territorial das comunidades de terreiros de Cajazeiras e adjacências. O monumento sagrado é cenário de inúmeras oferendas realizadas diariamente por adeptos do candomblé das mais variadas nações que, movidos por sentimentos religiosos, ali exercem seus atos litúrgicos para Xangô, caboclos, encantados e os demais integrantes do panteão. Território fragmentado e descaracterizado por essas infraestruturas, apenas em 2016 o movimento em defesa da Pedra de Xangô teve garantido no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU/2016 a criação do Parque Urbano Pedra de Xangô iniciativa da prefeitura e também a criação da APA Municipal Vale do Assis Valente e do Parque em Rede Pedra de Xangô iniciativa das comunidades de terreiros e demais coletivos com a finalidade de preservar todas as áreas verdes ainda existentes no entorno da Pedra de Xangô, restabelecendo assim a conectividade do território e garantindo a realização dos rituais dos adeptos das religiões de matriz afro-brasileiras. A concepção da espacialidade em rede, buscou tecer uma territorialidade em teia, que se flexibiliza no sítio e nas ocupações pré-existentes, garantindo assim a sobrevivência e continuidade de uma gama de espaços sagrados: pedras, árvores, riachos, nascentes, matas. Estes elementos naturais, que já constituíram um todo, tiveram seus territórios desconectados em virtude das intervenções de infraestrutura urbana, saneamento, mobilidade, ocupações habitacionais, ocupações informais tornando-se ilhas, arquipélagos de lugares sagrados que precisam ser reconectados. Decorridos 12 anos de lutas, em 2017, finalmente, a Pedra de Xangô foi tombada pelo Município, através da Fundação Gregório de Mattos. A sociedade civil organizada, notadamente, as Comunidades de Terreiros; o Grupo de Pesquisa EtniCidades do PPGAU-UFBA e, sobretudo, a dissertação "Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador" (indicado como material etnográfico do processo de tombamento) foram fatores importantes nessa conquista. Em 2018, a Pedra de Xangô foi reconhecida no Sistema de Cadastro e Quantificação de Geossítios e Sítios da Geodiversidade (GEOSSIT) da CPRM (Serviço Geológico do Brasil) como patrimônio geológico, geossítio de relevância nacional dada a sua importância científica, turística e cultural. Muito embora, a Pedra de Xangô seja reconhecida como patrimônio ambiental, cultural e geológico, perdura a lógica nociva dos

governos, pois recentemente tentaram instalar uma Estação de Lodo na localidade, o que foi vetado graças à ação do Grupo de Trabalho Externo de Implantação do Parque Pedra de Xangô. Os dois principais quilombos estudados pela historiografia oficial, nas cercanias do município de Salvador, na Bahia, foram o Quilombo do Urubu, entre Pirajá e o Cabula, e o Quilombo do Buraco do Tatu no bairro de Itapuã – Ipitanga. O livro "Caminho das Águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes", ao descrever a história do bairro Fazenda Grande I dá noticia que no bairro existe um local chamado de Pedra da Onça, área pertencente ao antigo Quilombo do Buraco do Tatu. Conta a história oral que os negros escravizados fugiam pela fenda da Pedra de Xangô rumo ao bairro de Itapuã. Durante a minha pesquisa de campo foram colhidos alguns depoimentos onde as pessoas afirmaram a realização de caminhadas de Cajazeiras até Itapuã com finalidades religiosas. Cajazeiras limita-se com Pirájá, Cabula,Itapuã, Aeroporto. Durante a Segunda Guerra Mundial, na década de 1940, foi edificada a Estrada Velha do Aeroporto (EVA), atual Avenida Aliomar Baleeiro para ligar a base aérea (Aeroporto) à base naval (São Tomé de Paripe). Esta avenida situa-se entre o bairro de Pirajá e o bairro de Muçurunga, próximo ao Aeroporto Internacional de Salvador, dois locais essenciais para o armazenamento e escoamento de produtos bélicos. Ora, se em meados de 1940, Cajazeiras já era considerada uma via direta para chegar ao outro lado da cidade, nas insurreições negras, é bem provável que os escravizados utilizavam a mesma rota para chegar ao Quilombo do Urubu ou ao Quilombo do Buraco do Tatu. A cidade de Salvador possuía 10 (dez) freguesias urbanas e 10 (dez) freguesias rurais. A Pedra de Xangô está localizada no Miolo é possível que ela estivesse na poligonal da freguesia do Quilombo do Buraco do Tatu e também na do Quilombo do Urubu. Em 06 de maio de 2017, o Monumento Afro-religioso foi tombado pela Fundação Gregório de Mattos como "Pedra Sagrada do Antigo Quilombo do Buraco do Tatu, Pedra de Xangô, Nzazi , Sogbo, e também da área considerada Remanescente de Antigo Quilombo, bens culturais situados na Fazenda Grande II e Cajazeiras tornando-se patrimônio cultural da cidade de Salvador". O Parque em Rede Pedra de Xangô é uma proposta pioneira para cidade. Será o primeiro Parque em Rede da América Latina, até onde foi pesquisado. Em 2016 pensávamos localmente, ou seja, Cajazeiras composta de 14 (quatorze) bairros. Acontece que não podemos caminhar fragmentados, precisamos trabalhar pela convergência dessas lutas. O Plano Municipal de Mata Atlântica utilizando a metodologia do Parque em Rede trouxe como indicação a criação do Corredor Ecológico Pedra de Xangô. Esse corredor propõe a revegetação de espaços e outros projetos na área de influência da APA Estadual Joanes Ipitanga e do Vale Encantado, mais especificamente na da Bacia Hidrográfica do Rio Jaguaribe. Já existem recursos para tais ações. Por tudo aqui exposto e por tudo que essas áreas de remanescentes representam para Salvador é legítimo e necessário que essa política de conectividade seja estendida. É um grande desafio, mas juntos somos mais fortes."

PROPOSTAS QUE EMERGIRAM DA CONVERSA:

Entendemos que, além do que expressamos na conversa em nossa roda, podemos pontuar algumas reflexões para encaminhamentos pela promoção de justiça climática como medida adaptativa, como contribuição no âmbito da Convergência pelo Clima:

1) Promover a gestão popular do patrimônio;

2) Ampliar o acesso à informação e à participação social nas discussões sobre soluções tecnológicas e incorporar a escuta das sugestões nos processos participativos, dando luz às considerações da comunidade, para os projetos e construção das soluções que valorizem efetivamente os territórios como patrimônio natural, paisagístico, cultural e humano;

3) Não individualizar as lutas. Criar um levante dos povos de quilombo e outras comunidades tradicionais. Fazer uma marcha pelo nosso corpo ambiental-cultural-religioso. Marcha pelos territórios;

4) Exigir dos governos que respeitem a nossa história, nossos sítios arqueológicos;

5) Territórios sagrados são inegociáveis. "Não somos diversão. Somos cultura, somos religiosidade, temos história e essa história tem que ser respeitada";

6) Buscar articulação e integração com outras redes de proteção de territórios e povos tradicionais, como a TICCA (iniciativa para certificação internacional de Territórios e Áreas Conservadas por Comunidades Indígenas e Locais);

7) Necessidade de discutir demandas reais, alternativas tecnológicas e o desenho de planejamento, que resgatem e promovam reconexões, associadas com a promoção de emprego e renda

8) Garantia do território como base de sobrevivência, segurança e redução de vulnerabilidades.

9) Desconstruir discursos sobre economia e negociações de território por vantagens (formas de corrupção) relacionadas com a imposição de projetos e infraestruturas não discutidas amplamente;

10) Restauração dos mananciais do Cobre, Pituaçu, Joanes-Ipitanga e dos territórios costeiros e de pesca de Salvador e Lauro de Freitas, como fator de conectividade e segurança hídrica na região metropolitana de Salvador;

11) Efetivação da aplicação da Lei da Mata Atlântica no município de Salvador e sua região metropolitana, como fator essencial à salvaguarda e de remanescentes e regeneração dos ecossistemas que compõem esse bioma, para promoção do acesso aos serviços ecossistêmicos por eles ofertados;

12) Promover a integridade do corredor ecológico entre a Pedra de Xangô e o Vale Encantado como núcleo central para expansão da conectividade com outras áreas remanescentes importantes, estendendo o corredor em direção às áreas de mananciais da APA do Cobre, APA Joanes-Ipitanga e APA Abaeté bem como ao sul até em direção aos parques Passa Vaca e Pituaçu, religando esses territórios e criando, por exemplo, o Corredor Ecológico Pedra de Xangô Norte (Pedra de Xangô-Bacia do Cobre) e o Corredor Ecológico Pedra de Xangô Sul (Pedra de Xangô-Orla).

13) Exigir a inclusão e discussão dos custos gerados pelas perdas de serviços ecossistêmicos nos valores de projetos de infraestrutura;

14) Visibilizar o processo de abandono de espaços públicos e aumento de violência como fator de pressão nas comunidades para imposição das obras e projetos de interesse dos governos;

15) Defender a titulação do Território Quilombola Quingoma já!

16) Patrimonializar a Lagoa do Abaeté;

17) Promover a discussão sobre alternativas locacionais e tecnológicas para tratamento e descarte de efluentes e resíduos, que não piorem a qualidade e saúde das comunidades vulneráveis.

Para nós, fica mais uma vez destacada a importância de ressaltar as águas que nos sustentam, nos unem e conectam nossos territórios!

CONSIDERAÇÕES FINAIS
PACTO PELO CLIMA

Esse documento é resultado de discussões de quem vive na RMS, sofre os efeitos das emergências climáticas, e vislumbra mudanças na região que possam transformar Salvador e seu entorno em locais mais acolhedores e aprazíveis para se habitar.

Foi possível reunir lideranças comunitárias de diversas localidades, cujo interesse maior é a qualidade de vida, o respeito para com a sociobiodiversidade de cada território e a estruturação dos espaços urbanos de maneira a proporcionar bem-estar a todos e todas de forma mais justa, igualitária e sustentável.

São reflexões que organizam os estudos e as análises de pesquisadores junto com os desejos das pessoas comuns, que sonham circular pela cidade sem medo, sem desconforto e que, por estarem no dia a dia da comunidade, puderam oferecer seu olhar cheio de boas e assertivas sugestões.

Considerando as dificuldades de uma época dura, de pandemia, de confinamento e muitos receios, e o pouco recurso que as instituições da Convergência pelo Clima puderam disponibilizar para realizar este trabalho e organizar este material, é importante ressaltar que contamos com muito trabalho voluntário. Não se trata, portanto, de um documento perfeito e acabado, até porque a realidade muda a cada dia.

Mas temos a certeza que ele apresenta, nas suas propostas, as pretensões de cidadãs e cidadãos, que moram na região e estão realmente interessados em cuidar dos municípios da RMS.

Nosso apelo é que os gestores e parlamentares que tiverem acesso às propostas aqui descritas, leiam e analisem, com bastante cuidado, cada uma delas. São frutos de anseios comunitários genuínos e não de interesses particulares ou econômicos de empreendimentos por vezes questionáveis.

Ao considerar essas propostas olhem, sobretudo, para a expressão da cidadania dos habitantes reais desses territórios; olhem para o esforço das comunidades e dos organizadores de tentar agrupar essas sugestões; e principalmente ponderem essas propostas a cada simples decisão, voto ou assinatura de contrato que lhes forem exigidos!

Quando a comunidade fala, gestores e parlamentares precisam ouvir, refletir, analisar, responder e justificar seus atos! E quaisquer devolutivas a partir de audiências ou consultas públicas precisam ser feitas, prioritariamente, às comunidades envolvidas e depois divulgadas amplamente.

Nós da Convergência pelo Clima, rede que reúne cerca de 50 organizações, movimentos sociais e membros da academia baiana e que também se articula com diversas outras instituições, estaremos sempre à disposição para dialogar em busca das melhores soluções e decisões para a coletividade.

Salvador, Janeiro/2021

ORGANIZADORES DA PUBLICAÇÃO

Canteiros Coletivos:
Débora Didoné

Grupo Ambientalista da Bahia - GAMBÁ
Juliana de Melo Leonel Ferreira
Maria Alice Martins de Ulhôa Cintra (Lilite)
Renato Pêgas Paes da Cunha

Movimento Jaguaribe Vivo:
Maíra Menezes de Azevedo

Programação Visual
Virginia Yoemi Fujiwara

CONTATOS

Convergência pelo Clima
E-mail - buzios.marcele@gmail.com
a/c Marcele Silva do Valle, tel: 71 99395-2500
E-mail - ascom@gamba.org.br
a/c Renato Pêgas Paes da Cunha, tel: 71 99983-2871

Canteiros Coletivos
E-mail – contato@canteiroscoletivos.com.br
Site – www.canteiroscoletivos.com.br
Telefone – 71 99148-5663
Facebook – canteiros coletivos

Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá
E-mail – ascom@gamba.org.br
Site – www.gamba.org.br
Telefone – 71 3346-5965
Instagran – gambabahia

Movimento Jaguaribe Vivo
E-mail – movimentojaguaribevivo@gmail.com
Telefone – 71 98233-0053
Facebook – @salveriojaguaribe